

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	24
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	25
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	94
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	99
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)	100
Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)	101

Índice

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	103
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	104

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	26
Preferenciais	87
Total	113

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	14.420.859	12.929.688	10.326.500
1.01	Ativo Circulante	977.559	1.020.620	854.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.473	286	64
1.01.02	Aplicações Financeiras	641.572	689.990	410.822
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	641.572	689.990	410.822
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	641.572	689.990	410.822
1.01.03	Contas a Receber	213.276	198.930	240.802
1.01.03.01	Clientes	213.276	198.930	240.802
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	213.276	198.930	240.802
1.01.06	Tributos a Recuperar	48.639	8.357	79.203
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	48.639	8.357	79.203
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.957	11.186	15.580
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	70.642	111.871	108.528
1.01.08.03	Outros	70.642	111.871	108.528
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	18.718	0
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	1.158	0	0
1.01.08.03.04	Outros Ativos	69.484	93.153	108.528
1.02	Ativo Não Circulante	13.443.300	11.909.068	9.471.501
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.939.477	3.969.617	3.078.084
1.02.01.05	Estoques	6.023	7.611	4.302
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.933.797	1.877.412	579.226
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.933.797	1.877.412	579.226
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	0	7.511
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.999.657	2.084.594	2.487.045
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos judiciais	260.496	343.979	536.254
1.02.01.10.04	Ativo Sujeito à indenização	1.739.161	1.719.390	1.949.430
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	21.225	0
1.02.01.10.06	Outros Ativos	0	0	1.361
1.02.02	Investimentos	31.176	51.102	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.02.01	Participações Societárias	31.176	51.102	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	31.176	51.102	0
1.02.03	Imobilizado	5.956.429	6.305.943	6.356.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.956.429	6.305.943	6.356.617
1.02.04	Intangível	1.516.218	1.582.406	36.800
1.02.04.01	Intangíveis	1.516.218	1.582.406	36.800
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.509.895	1.575.300	36.800
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.323	7.106	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	14.420.859	12.929.688	10.326.500
2.01	Passivo Circulante	926.818	956.792	884.398
2.01.02	Fornecedores	7.430	8.824	7.595
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.430	8.824	7.595
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.084	23.494	19.061
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.084	23.494	19.061
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	32.084	23.494	19.061
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.920	4.586	214.556
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	33	214.556
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	4.721
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	33	209.835
2.01.04.02	Debêntures	18.220	2.969	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.700	1.584	0
2.01.04.03.01	Arrendamentos	1.700	1.584	0
2.01.05	Outras Obrigações	867.384	919.888	643.186
2.01.05.02	Outros	867.384	919.888	643.186
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	581.919	606.176	298.750
2.01.05.02.04	Energia Compara para Revenda	15.416	35.755	167.822
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	22.479	21.497	25.211
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	96.003	115.673	141.742
2.01.05.02.07	UBP - Uso do bem público	41.307	29.275	0
2.01.05.02.08	Obrigações Socioambientais	28.426	23.474	0
2.01.05.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	58.936	0	0
2.01.05.02.10	Outros passivos	22.898	88.038	9.661
2.02	Passivo Não Circulante	6.287.828	4.827.991	2.340.036
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.805.642	1.786.747	1.080
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.080
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	33
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	1.047

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.01.02	Debêntures	1.800.854	1.781.123	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.788	5.624	0
2.02.01.03.01	Arrendamentos	4.788	5.624	0
2.02.02	Outras Obrigações	2.733.929	1.226.869	182.794
2.02.02.02	Outros	2.733.929	1.226.869	182.794
2.02.02.02.04	Encargos Setoriais	1.240	12.014	35.852
2.02.02.02.05	UBP - Uso do bem público	114.057	158.355	0
2.02.02.02.06	Obrigações Socioambientais	152.749	164.536	72.915
2.02.02.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	2.412.379	836.995	0
2.02.02.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	6.019	0	0
2.02.02.02.09	Outros Passivos	47.485	54.969	74.027
2.02.04	Provisões	1.748.257	1.814.375	2.156.162
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.748.257	1.814.375	2.156.162
2.02.04.01.05	Provisões	1.748.257	1.814.375	2.156.162
2.03	Patrimônio Líquido	7.206.213	7.144.905	7.102.066
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
2.03.02.07	Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	2.187.137	1.084.883	554.588
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.934.515	1.084.883	554.588
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	252.622	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-919.658	-948.623	-976.752
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.965.797	-895.886	-380.301

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.424.960	1.571.296	1.634.110
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-735.393	-1.092.015	-1.232.279
3.02.01	Custo com energia elétrica	-297.438	-667.717	-866.112
3.02.02	Custo com operação	-437.955	-424.298	-366.167
3.03	Resultado Bruto	689.567	479.281	401.831
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	122.117	4.227	257.322
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-100.895	-263.157	-182.194
3.04.02.01	Despesas gerais e administrativas	-100.895	-263.157	-182.194
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	218.138	267.282	439.516
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.874	102	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	811.684	483.508	659.153
3.06	Resultado Financeiro	-557.351	-347.054	-374.867
3.06.01	Receitas Financeiras	28.211	74.259	75.704
3.06.02	Despesas Financeiras	-585.562	-421.313	-450.571
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	254.333	136.454	284.286
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.474.429	1.026.560	10.147
3.08.01	Corrente	-13.458	0	0
3.08.02	Diferido	1.487.887	1.026.560	10.147
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.728.762	1.163.014	294.433
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.728.762	1.163.014	294.433
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	5,27862	3,55116	0,89903
3.99.01.02	PN	5,27862	3,55116	0,89903
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	5,27862	3,55116	0,89903
3.99.02.02	PN	5,27862	3,55116	0,89903

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	1.728.762	1.163.014	294.433
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.069.911	-515.585	-9.632
4.02.01	Ajuste de benefício pós-emprego CPC 33 (R1)	-982.134	-541.086	-9.632
4.02.02	Instrumentos financeiros derivativos	-64.159	25.501	0
4.02.03	Instrumentos financeiros derivativos - reflexo	-23.618	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	658.851	647.429	284.801

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	623.936	476.180	367.606
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.073.561	696.869	525.804
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	254.333	136.454	284.286
6.01.01.02	Depreciação e amortização	397.329	379.565	316.345
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e variações cambiais	130.084	143.195	78.388
6.01.01.04	Apropriação de custos de captação	18.123	3.141	0
6.01.01.05	Ajuste de Ativo Contingente - Ilha Solteira e Jupia	0	230.040	0
6.01.01.06	Atualização do saldo de benefício pós-emprego	-489	13.488	10.330
6.01.01.07	Perda Estimada com Crédito de liquidação duvidosa	0	-2.440	-367
6.01.01.08	Reversão da provisão para litígios	-266.644	-331.952	-410.186
6.01.01.09	Reversão de provisão para ajuste ao Valor recuperável de almoxarifados	-66	-8.053	-3.370
6.01.01.10	Atualização do saldo de provisão para litígios	315.757	272.245	361.782
6.01.01.11	Provisão (reversão) de provisão para obrigações socioambientais	4.206	-14.835	-29.353
6.01.01.12	Baixa de ativo imobilizado e intangível	541	1.348	1.038
6.01.01.13	Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	7.511	15.021	15.021
6.01.01.14	Atualização do saldo de depósitos judiciais	-7.623	-9.647	-25.585
6.01.01.15	Reversão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais	-527	-6.048	-9.873
6.01.01.16	Reversão de Impairment de Ativo Imobilizado	-7.589	-120.405	-62.652
6.01.01.17	Baixa de depósitos judiciais	86.936	0	0
6.01.01.18	Hedge Accounting operacional	71.514	685	0
6.01.01.19	Ajuste a valor presente - AVP	75.039	-4.831	0
6.01.01.20	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.874	-102	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-332.006	-82.593	-134.596
6.01.02.01	Contas a Receber	-14.346	41.872	-44.337
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	787	70.846	-18.208
6.01.02.03	Almoxarifado	1.654	4.744	2.652
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	1.718	-3.116	183
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Judiciais	4.170	201.922	168.112

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	-1.990	0
6.01.02.07	Outos Ativos	2.332	19.176	-14.542
6.01.02.08	Fornecedores	-1.394	1.229	-6.826
6.01.02.09	Tributos a Recolher	-7.073	4.433	-3.479
6.01.02.10	Pagamentos a benefícios pós-emprego	-1.330	-1.802	-19.962
6.01.02.11	Encargos Setoriais	-9.107	-49.907	-13.807
6.01.02.12	Pagamentos de Litígios	-115.231	-224.734	-158.201
6.01.02.13	Energia Comprada para Revenda	-20.339	-132.067	-32.295
6.01.02.14	Pagamentos Obrigações Socioambientais	-9.642	-16.966	-2.627
6.01.02.15	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	982	-3.714	2.075
6.01.02.16	Instrumentos Financeiros Derivativos	-63.827	0	0
6.01.02.17	Pagamento de UBP - Uso do bem público	-29.263	0	0
6.01.02.18	Outros passivos	-72.097	7.481	6.666
6.01.03	Outros	-117.619	-138.096	-23.602
6.01.03.01	Juros Pagos Referente Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-63.092	-138.096	-23.602
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-54.527	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.297	-1.458.790	-16.089
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-10.479	-6.582	-12.456
6.02.02	Aquisição de Intangível	-2.842	-2.505	-3.633
6.02.03	Pagamento da Outorga	0	-1.398.703	0
6.02.04	Aquisição de investimentos	0	-51.000	0
6.02.05	Dividendos recebidos	24	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-657.870	1.262.000	-251.167
6.03.01	Captação de recursos	1.449.866	1.777.982	0
6.03.02	Liquidação de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	-1.500.032	-217.733	-225.594
6.03.04	Liquidação de arrendamentos	-1.567	-1.085	0
6.03.05	Pagamento de dividendos	-606.137	-297.164	-25.573
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-47.231	279.390	100.350
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	690.276	410.886	310.536

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	643.045	690.276	410.886

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	5.975.433	1.929.098	1.084.883	0	-1.844.509	7.144.905
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	1.084.883	0	-1.844.509	7.144.905
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-597.543	0	-597.543
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-447.542	0	-447.542
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-150.001	0	-150.001
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.728.762	-1.069.911	658.851
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.728.762	0	1.728.762
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-87.777	-87.777
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-64.159	-64.159
5.05.02.06	Ajuste de Instrumentos Financeiros - reflexo	0	0	0	0	-23.618	-23.618
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-982.134	-982.134
5.05.03.02	Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-982.134	-982.134
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.102.254	-1.131.219	28.965	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-28.965	28.965	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	86.438	-86.438	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Lucros Estatutária	0	0	90.738	-90.738	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	672.456	-672.456	0	0
5.06.07	Dividendos adicionais propostos	0	0	252.622	-252.622	0	0
5.07	SalDOS Finais	5.975.433	1.929.098	2.187.137	0	-2.885.455	7.206.213

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-34.152	-570.438	0	-604.590
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-597.543	0	-597.543
5.04.08	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-35.442	35.442	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio não reclamados	0	0	1.290	0	0	1.290
5.04.10	Dividendos adicionais	0	0	0	-8.337	0	-8.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.163.014	-515.585	647.429
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.163.014	0	1.163.014
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	25.501	25.501
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	25.501	25.501
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-541.086	-541.086
5.05.03.02	Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-541.086	-541.086
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	564.447	-592.576	28.129	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-28.129	28.129	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	58.151	-58.151	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Lucros Estatutária	0	0	101.259	-101.259	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	405.037	-405.037	0	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	1.084.883	0	-1.844.509	7.144.905

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.760	-273.540	0	-297.300
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-297.300	0	-297.300
5.04.08	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-38.482	38.482	0	0
5.04.09	Constituição de Reserva Legal	0	0	14.722	-14.722	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	294.433	-9.632	284.801
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	294.433	0	294.433
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-9.632	-9.632
5.05.03.02	Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-9.632	-9.632
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-20.893	20.893	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-20.893	20.893	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.657.513	1.832.939	1.926.951
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.657.513	1.830.499	1.927.319
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	2.440	-368
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-340.822	-726.079	-943.245
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.609	-51.000	-63.874
7.02.04	Outros	-306.213	-675.079	-879.371
7.02.04.02	Energia Comprada	-297.438	-667.717	-866.112
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-8.775	-7.362	-13.259
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.316.691	1.106.860	983.706
7.04	Retenções	-397.329	-379.565	-316.345
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-397.329	-379.565	-316.345
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	919.362	727.295	667.361
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.726.680	1.339.319	466.259
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.874	102	0
7.06.02	Receitas Financeiras	28.211	74.259	75.704
7.06.03	Outros	1.693.595	1.264.958	390.555
7.06.03.01	Variações Cambiais líquidas	0	-2.809	-52.364
7.06.03.02	Benefícios pós-emprego	489	-13.488	-10.330
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.487.887	1.026.560	10.147
7.06.03.04	Reversão (provisão) para Litígios	266.644	331.952	410.186
7.06.03.05	Reversão de Provisão para Redução ao Valor Realizável de Almojarifado	66	8.053	3.370
7.06.03.06	Reversão Impairment de Ativo Imobilizado	7.589	120.405	62.652
7.06.03.07	Reversão (Provisão) PIS/COFINS sobre Atualização de Depósitos Judiciais	527	6.048	9.873
7.06.03.08	Ajuste de Ativo Contingente - Ilha Solteira e Jupia	0	-230.040	0
7.06.03.09	Baixa de depósitos judiciais	-63.284	0	0
7.06.03.10	Provisão (Reversão) para obrigações socioambientais	-4.206	14.835	29.353
7.06.03.11	Outras receitas (despesas), líquidas	-2.117	3.442	-72.332
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.646.042	2.066.614	1.133.620

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.646.042	2.066.614	1.133.620
7.08.01	Pessoal	83.990	224.307	117.241
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.225	222.736	115.003
7.08.01.04	Outros	8.765	1.571	2.238
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	172.015	164.468	196.975
7.08.02.01	Federais	171.931	164.348	196.843
7.08.02.03	Municipais	84	120	132
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	661.275	514.825	524.971
7.08.03.01	Juros	130.084	142.715	23.784
7.08.03.02	Aluguéis	1.717	1.586	4.640
7.08.03.03	Outras	529.474	370.524	496.547
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	51.389	48.801	48.063
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	2.579	26.304	54.714
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15.098	15.631	16.319
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	4.930	3.999	3.028
7.08.03.03.06	Outras Despesas Financeiras	455.478	275.789	374.423
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	597.543	597.543	297.300
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	150.001	0	0
7.08.04.02	Dividendos	447.542	597.543	297.300
7.08.05	Outros	1.131.219	565.471	-2.867
7.08.05.01	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	0	-35.442	-38.482
7.08.05.02	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	28.965	28.129	20.893
7.08.05.03	Constituição de reserva legal	86.438	58.151	14.722
7.08.05.04	Constituição de Reserva Estatutária	90.738	101.259	0
7.08.05.05	Retenção de lucros	672.456	405.037	0
7.08.05.06	Dividendos adicionais propostos	252.622	8.337	0

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	14.551.864	12.929.754	10.326.500
1.01	Ativo Circulante	1.118.857	1.071.788	854.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.579	317	64
1.01.02	Aplicações Financeiras	711.805	741.127	410.822
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	711.805	741.127	410.822
1.01.03	Contas a Receber	272.817	198.930	240.802
1.01.03.01	Clientes	272.817	198.930	240.802
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	272.817	198.930	240.802
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.190	8.357	79.203
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.190	8.357	79.203
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.957	11.186	15.580
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	69.509	111.871	108.528
1.01.08.03	Outros	69.509	111.871	108.528
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	18.718	0
1.01.08.03.03	Outros Ativos	69.509	93.153	108.528
1.02	Ativo Não Circulante	13.433.007	11.857.966	9.471.501
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.960.360	3.969.617	3.078.084
1.02.01.05	Estoques	6.023	7.611	4.302
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.954.680	1.877.412	579.226
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.954.680	1.877.412	579.226
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	0	7.511
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.999.657	2.084.594	2.487.045
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Judiciais	260.496	343.979	536.254
1.02.01.10.04	Ativos Sujeito à Indenização	1.739.161	1.719.390	1.949.430
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	21.225	0
1.02.01.10.07	Outros ativos	0	0	1.361
1.02.03	Imobilizado	5.956.429	6.305.943	6.356.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.956.429	6.305.943	6.356.617
1.02.04	Intangível	1.516.218	1.582.406	36.800

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.04.01	Intangíveis	1.516.218	1.582.406	36.800
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.509.895	1.575.300	36.800
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.323	7.106	0

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	14.551.864	12.929.754	10.326.500
2.01	Passivo Circulante	1.050.593	956.858	884.398
2.01.02	Fornecedores	7.475	8.849	7.595
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.475	8.849	7.595
2.01.03	Obrigações Fiscais	40.721	23.535	19.061
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	40.721	23.535	19.061
2.01.03.01.02	Tributos a recolher	40.721	23.535	19.061
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.920	4.586	214.556
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	33	214.556
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	4.721
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	33	209.835
2.01.04.02	Debêntures	18.220	2.969	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.700	1.584	0
2.01.04.03.01	Arrendamentos	1.700	1.584	0
2.01.05	Outras Obrigações	982.477	919.888	643.186
2.01.05.02	Outros	982.477	919.888	643.186
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	581.919	606.176	298.750
2.01.05.02.04	Energia comprada para revenda	76.109	35.755	167.822
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	23.387	21.497	25.211
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	96.003	115.673	141.742
2.01.05.02.07	UBP - Uso do Bem Público	41.307	29.275	0
2.01.05.02.08	Obrigações Socioambientais	28.426	23.474	0
2.01.05.02.09	Instrumentos Financeiros Derivativos	95.084	0	0
2.01.05.02.10	Contratos Futuros de Energia	17.336	0	0
2.01.05.02.11	Outros Passivos	22.906	88.038	9.661
2.02	Passivo Não Circulante	6.295.058	4.827.991	2.340.036
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.805.642	1.786.747	1.080
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.080
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	33

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	1.047
2.02.01.02	Debêntures	1.800.854	1.781.123	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.788	5.624	0
2.02.01.03.01	Arrendamentos	4.788	5.624	0
2.02.02	Outras Obrigações	2.741.159	1.226.869	182.794
2.02.02.02	Outros	2.741.159	1.226.869	182.794
2.02.02.02.03	Encargos Setoriais	1.240	12.014	35.852
2.02.02.02.04	UBP - Uso do Bem Público	114.057	158.355	0
2.02.02.02.05	Obrigações Socioambientais	152.749	164.536	72.915
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego	2.412.379	836.995	0
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.141	0	0
2.02.02.02.08	Outros Passivos	4.108	0	0
2.02.02.02.09	Outros Passivos	47.485	54.969	74.027
2.02.04	Provisões	1.748.257	1.814.375	2.156.162
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.748.257	1.814.375	2.156.162
2.02.04.01.05	Provisões	1.748.257	1.814.375	2.156.162
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.206.213	7.144.905	7.102.066
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
2.03.02.07	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	2.187.137	1.084.883	554.588
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.934.515	1.084.883	554.588
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	252.622	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-919.658	-948.623	-976.752
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.965.797	-895.886	-380.301

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.917.248	1.571.296	1.634.110
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.189.642	-1.092.015	-1.232.279
3.02.01	Custo com energia elétrica	-751.687	-667.717	-866.112
3.02.02	Custo com operação	-437.955	-424.298	-366.167
3.03	Resultado Bruto	727.606	479.281	401.831
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	85.120	4.081	257.322
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-111.552	-263.201	-182.194
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	196.672	267.282	439.516
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	812.726	483.362	659.153
3.06	Resultado Financeiro	-555.928	-346.876	-374.867
3.06.01	Receitas Financeiras	29.742	74.438	75.704
3.06.02	Despesas Financeiras	-585.670	-421.314	-450.571
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	256.798	136.486	284.286
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.471.964	1.026.528	10.147
3.08.01	Corrente	-24.639	-32	0
3.08.02	Diferido	1.496.603	1.026.560	10.147
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.728.762	1.163.014	294.433
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.728.762	1.163.014	294.433
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.728.762	1.163.014	294.433
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	5,27862	3,55116	0,89903
3.99.01.02	PN	5,27862	3,55116	0,89903
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	5,27862	3,55116	0,89903
3.99.02.02	PN	5,27862	3,55116	0,89903

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.728.762	1.163.014	294.433
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.069.911	-515.585	-9.632
4.02.01	Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	-982.134	-541.086	-9.632
4.02.02	Hedge accounting operacional	-64.159	25.501	0
4.02.03	Hedge accounting operacional - reflexo	-23.618	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	658.851	647.429	284.801
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	658.851	647.429	284.801

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	643.131	476.348	367.606
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.147.125	697.003	525.804
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	256.798	136.486	284.286
6.01.01.02	Depreciação e amortização	397.329	379.565	316.345
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e variações cambiais	130.084	143.195	78.388
6.01.01.04	Apropriação de custos de captação	18.123	3.141	0
6.01.01.05	Ajuste de Ativo Contingente - Ilha Solteira e Jupia	0	230.040	0
6.01.01.06	Atualização do saldo de benefício pós-emprego	-489	13.488	10.330
6.01.01.07	Perda Estimada com Crédito de liquidação duvidosa	0	-2.440	-367
6.01.01.08	Reversão da provisão para litígios	-266.644	-331.952	-410.186
6.01.01.09	Reversão de provisão para ajuste ao Valor recuperável de almoxarifados	-66	-8.053	-3.370
6.01.01.10	Atualização do saldo de provisão para litígios	315.757	272.245	361.782
6.01.01.11	Provisão (reversão) de provisão para obrigações socioambientais	4.206	-14.835	-29.353
6.01.01.12	Baixa de ativo imobilizado e intangível	541	1.348	1.038
6.01.01.13	Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	7.511	15.021	15.021
6.01.01.14	Atualização do saldo de depósitos judiciais	-7.623	-9.647	-25.585
6.01.01.15	Reversão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais	-527	-6.048	-9.873
6.01.01.16	Reversão de Impairment de Ativo Imobilizado	-7.589	-120.405	-62.652
6.01.01.17	Baixa de depósitos judiciais	86.936	0	0
6.01.01.18	Hedge Accounting operacional	116.295	685	0
6.01.01.19	Ajuste a valor presente - AVP	75.039	-4.831	0
6.01.01.20	Contratos futuros de energia	21.444	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-368.356	-82.559	-134.596
6.01.02.01	Contas a Receber	-73.887	41.872	-44.337
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-4.926	70.846	-18.208
6.01.02.03	Almoxarifado	1.654	4.744	2.652
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	1.718	-3.116	183
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Judiciais	4.170	201.922	168.112
6.01.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	-1.990	0

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.07	Outos Ativos	2.307	19.176	-14.542
6.01.02.08	Fornecedores	-1.374	1.254	-6.826
6.01.02.09	Tributos a Recolher	1.523	4.442	-3.479
6.01.02.10	Pagamentos a benefícios pós-emprego	-1.330	-1.802	-19.962
6.01.02.11	Encargos Setoriais	-9.107	-49.907	-13.807
6.01.02.12	Pagamentos de Litígios	-115.231	-224.734	-158.201
6.01.02.13	Energia Comprada para Revenda	40.354	-132.067	-32.295
6.01.02.14	Pagamentos Obrigações Socioambientais	-9.642	-16.966	-2.627
6.01.02.15	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	1.890	-3.714	2.075
6.01.02.16	Instrumentos Financeiros Derivativos	-105.123	0	0
6.01.02.17	Pagamento de UBP - Uso do bem público	-29.263	0	0
6.01.02.18	Outros passivos	-72.089	7.481	6.666
6.01.03	Outros	-135.638	-138.096	-23.602
6.01.03.01	Juros Pagos Referente Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-63.092	-138.096	-23.602
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-72.546	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.321	-1.407.790	-16.089
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-10.479	-6.582	-12.456
6.02.02	Aquisição de Intangível	-2.842	-2.505	-3.633
6.02.03	Pagamento da Outorga	0	-1.398.703	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-657.870	1.262.000	-251.167
6.03.01	Captação de recursos	1.449.866	1.777.982	0
6.03.02	Liquidação de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	-1.500.032	-217.733	-225.594
6.03.03	Liquidação de arrendamentos	-1.567	-1.085	0
6.03.04	Pagamento de dividendos	-606.137	-297.164	-25.573
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-28.060	330.558	100.350
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	741.444	410.886	310.536
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	713.384	741.444	410.886

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	1.084.883	0	-1.844.509	7.144.905	0	7.144.905
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	1.084.883	0	-1.844.509	7.144.905	0	7.144.905
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-597.543	0	-597.543	0	-597.543
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-447.542	0	-447.542	0	-447.542
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-150.001	0	-150.001	0	-150.001
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.728.762	-1.069.911	658.851	0	658.851
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.728.762	0	1.728.762	0	1.728.762
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-87.777	-87.777	0	-87.777
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-64.159	-64.159	0	-64.159
5.05.02.06	Ajuste de Instrumentos Financeiros - reflexo	0	0	0	0	-23.618	-23.618	0	-23.618
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-982.134	-982.134	0	-982.134
5.05.03.02	Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-982.134	-982.134	0	-982.134
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.102.254	-1.131.219	28.965	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-28.965	28.965	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	86.438	-86.438	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Lucros Estatutária	0	0	90.738	-90.738	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	672.456	-672.456	0	0	0	0
5.06.07	Dividendos adicionais propostos	0	0	252.622	-252.622	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	2.187.137	0	-2.885.455	7.206.213	0	7.206.213

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066	0	7.102.066
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066	0	7.102.066
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-34.152	-570.438	0	-604.590	0	-604.590
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-597.543	0	-597.543	0	-597.543
5.04.08	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-35.442	35.442	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio não reclamados	0	0	1.290	0	0	1.290	0	1.290
5.04.10	Dividendos adicionais	0	0	0	-8.337	0	-8.337	0	-8.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.163.014	-515.585	647.429	0	647.429
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.163.014	0	1.163.014	0	1.163.014
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	25.501	25.501	0	25.501
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	25.501	25.501	0	25.501
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-541.086	-541.086	0	-541.086
5.05.03.02	Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-541.086	-541.086	0	-541.086
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	564.447	-592.576	28.129	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-28.129	28.129	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	58.151	-58.151	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Lucros Estatutária	0	0	101.259	-101.259	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	405.037	-405.037	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	1.084.883	0	-1.844.509	7.144.905	0	7.144.905

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565	0	7.114.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565	0	7.114.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.760	-273.540	0	-297.300	0	-297.300
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-297.300	0	-297.300	0	-297.300
5.04.08	Realização da Rserve de Lucros a Realizar	0	0	-38.482	38.482	0	0	0	0
5.04.09	Constituição da Reserva Legal	0	0	14.722	-14.722	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	294.433	-9.632	284.801	0	284.801
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	294.433	0	294.433	0	294.433
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-9.632	-9.632	0	-9.632
5.05.03.02	Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-9.632	-9.632	0	-9.632
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-20.893	20.893	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-20.893	20.893	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066	0	7.102.066

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	2.203.798	1.832.939	1.926.951
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.203.798	1.830.499	1.927.319
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	0	2.440	-368
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-796.678	-726.083	-943.245
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-36.216	-51.004	-63.874
7.02.04	Outros	-760.462	-675.079	-879.371
7.02.04.02	Energia Comprada	-751.687	-667.717	-866.112
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-8.775	-7.362	-13.259
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.407.120	1.106.856	983.706
7.04	Retenções	-418.773	-379.565	-316.345
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-397.329	-379.565	-316.345
7.04.02	Outras	-21.444	0	0
7.04.02.01	Contratos futuros de energia	-21.444	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	988.347	727.291	667.361
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.731.143	1.339.376	466.259
7.06.02	Receitas Financeiras	29.742	74.438	75.704
7.06.03	Outros	1.701.401	1.264.938	390.555
7.06.03.01	Variações Cambiais líquidas	0	-2.809	-52.364
7.06.03.02	Benefícios pós-emprego	489	-13.488	-10.330
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.496.603	1.026.560	10.147
7.06.03.04	Reversão (provisão) para Litígios	266.644	331.952	410.186
7.06.03.05	Reversão de Provisão para Redução ao Valor Realizável de Almoxarifado	66	8.053	3.370
7.06.03.06	Reversão Impairment de Ativo Imobilizado	7.589	120.405	62.652
7.06.03.07	Reversão (Provisão) PIS/COFINS sobre Atualização de Depósitos Judiciais	527	6.048	9.873
7.06.03.08	Ajuste de Ativo Contingente - Ilha Solteira e Jupia	0	-230.040	0
7.06.03.09	Baixa de depósitos judiciais	-63.284	0	0
7.06.03.10	Provisão (Reversão) para obrigações socioambientais	-4.206	14.835	29.353
7.06.03.11	Outras receitas (despesas), líquidas	-3.027	3.422	-72.332
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.719.490	2.066.667	1.133.620

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.719.490	2.066.667	1.133.620
7.08.01	Pessoal	92.042	224.326	117.241
7.08.01.01	Remuneração Direta	83.277	222.755	115.003
7.08.01.04	Outros	8.765	1.571	2.238
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	237.193	164.500	196.975
7.08.02.01	Federais	237.109	164.380	196.843
7.08.02.03	Municipais	84	120	132
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	661.493	514.827	524.971
7.08.03.01	Juros	130.084	142.715	23.784
7.08.03.02	Aluguéis	1.827	1.587	4.640
7.08.03.03	Outras	529.582	370.525	496.547
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	51.389	48.801	48.063
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	2.579	26.304	54.714
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15.098	15.631	16.319
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	4.930	3.999	3.028
7.08.03.03.06	Outras Despesas Financeiras	455.586	275.790	374.423
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	597.543	597.543	297.300
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	150.001	0	0
7.08.04.02	Dividendos	447.542	597.543	297.300
7.08.05	Outros	1.131.219	565.471	-2.867
7.08.05.01	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	0	-35.442	-38.482
7.08.05.02	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	28.965	28.129	20.893
7.08.05.03	Constituição de Reserva Legal	86.438	58.151	14.722
7.08.05.04	Constituição de Reserva Estatutária	90.738	101.259	0
7.08.05.05	Retenção de lucros	672.456	8.337	0
7.08.05.06	Dividendos adicionais propostos	252.622	405.037	0



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), trazendo consequências para nossas vidas e para a economia. A CESP agiu com presteza nesse cenário, adotando medidas preventivas adequadas à preservação da saúde e à segurança de todos seus funcionários, bem como garantindo a continuidade da prestação do serviço de geração de energia com excelência. A resiliência do nosso portfólio de clientes, a agilidade de reação ao novo ambiente e a robustez de nossa estrutura de capital foram essenciais para mitigarmos os impactos trazidos pela Covid-19.

A evolução da pandemia trouxe ainda mais para o centro das discussões os temas socioambientais e a necessidade de uma economia responsável com o futuro. No setor elétrico brasileiro, a transição energética integra a evolução para um país melhor e mais consciente. Este caminho promissor e sem volta, demanda estratégias e investimentos e, ao mesmo tempo, exige que a regulamentação do setor evolua com celeridade. A CESP, uma empresa de geração de energia 100% renovável é parte importante para a solução desse desafio.

Como destaque em 2020, demos um importante passo na maturidade de nossa gestão sobre aspectos socioambientais e de governança (ESG -Environmental, Social and Governance), por meio da identificação dos temas materiais e da definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários. Com engajamento e envolvimento de lideranças, criamos a Plataforma de Sustentabilidade da CESP com três linhas temáticas: Proatividade Ambiental e Climática, Desenvolvimento Local e Humano e Crescimento Inclusivo. Divulgamos também, pela primeira vez, nosso Relatório Anual, que tem sua estrutura e seu conteúdo inspirados nos princípios de Relato Integrado da Iniciativa Internacional para o Relato Integrado (IRRC).

A CESP aprimora e promove constantemente a adoção das melhores práticas de governança corporativa e tem como compromisso a continuidade da sua atuação em observância aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, visando o fortalecimento da estrutura de gestão e governança com a finalidade de solidificar os pilares para a perenidade da CESP e seus negócios. Em fevereiro de 2021, estabelecemos as bases para a criação da Comissão de Sustentabilidade, com a finalidade de apoiar o Conselho de Administração e o corpo gestor da CESP na incorporação e no endereçamento dos temas ESG no processo de tomada de decisão estratégica e direcionamento do negócio.

Avançamos também em nossa agenda de transformação digital, reduzindo riscos, automatizando processos e alcançando respostas mais ágeis na adoção de novas tecnologias. Iniciamos, assim, nossa jornada de dados/analytics, gerando uma cultura de confiança da informação orientada a dados (data-driven).

Em termos operacionais, um dos indicadores de desempenho mais importantes, o índice de disponibilidade médio das usinas, atingiu a média de 95,7%, no fechamento de 2020, em uma trajetória consistente e sustentada de aumento, acima dos níveis de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstrando de forma contínua a boa gestão da operação e manutenção e, conseqüentemente, maior eficiência na disponibilidade das usinas.

Durante o ano de 2020, continuamos perseguindo a estratégia desenhada na gestão do balanço energético, aliada à sazonalização da garantia física de forma planejada, mantendo a gestão do nosso portfólio

**Relatório da Administração/comentário do Desempenho**

de clientes. Importante destacar, que durante o ano de 2020, a CESP aproveitou as janelas de oportunidade no mercado e comprou, aproximadamente, 90% da energia necessária para o equilíbrio de seu balanço energético em 2021.

Em relação ao contencioso passivo, continuamos com a estratégia e gestão das ações judiciais com assessores jurídicos e financeiros para complementar a atuação de nossa equipe própria. Terminamos o ano de 2020, com uma redução, após a correção monetária, de R\$2,9 bilhões nas contingências passivas totais em relação ao saldo de dezembro de 2019, explicada pela combinação de: (i) decisões judiciais favoráveis à CESP; (ii) acordos judiciais; e (iii) revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos. Esses resultados estão em linha com nossa determinação por uma abordagem cada vez mais assertiva e criteriosa na redução deste risco.

Nossos resultados financeiros refletem a diligência na execução de nossas estratégias, alcançando um EBITDA Ajustado consolidado de R\$1 bilhão em 2020, crescimento de 35% em relação a 2019 refletindo a excelência operacional, a gestão adequada do balanço energético e a disciplina em custos e despesas.

A forte capacidade de geração de caixa da CESP nos coloca em uma posição de destaque nesse contexto. Geramos em 2020 R\$743 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, o que representa um índice de conversão de caixa de 73%.

Como estratégia da gestão do endividamento, em agosto de 2020, a CESP captou R\$ 1,5 bilhão pela emissão da 12ª Debênture de infraestrutura a uma taxa de IPCA + 4,30% a.a. e prazo de 10 anos. Com essa operação, a dívida da CESP teve um aumento de 5 anos no prazo médio, mantendo o custo médio, além de melhorar as condições contratuais de forma a adequá-las ao novo perfil de crédito da CESP.

A combinação da forte geração de caixa com o resultado líquido de 2020, permitiu a proposta de distribuição de proventos aos acionistas no montante de R\$850 milhões, sendo R\$ 150 milhões via juros sobre capital próprio (JCP) já deliberados em 2020 e R\$700 milhões via dividendos, representando um payout de 49% e dividend yield de ~9%, com pagamento nos meses de abril e setembro de 2021.

Por fim, ressaltamos que a CESP inicia 2021 ainda mais preparada para aproveitar as oportunidades que surgirão e comprometida em criar e oferecer as melhores soluções em energia, gerando e compartilhando riqueza de forma sustentável por meio da transformação das pessoas e da sociedade.

Muito obrigado a todos que nos acompanham nessa trajetória.

Mario Bertoncini

Diretor Presidente e de Relações
com Investidores

Marcelo de Jesus

Diretor Financeiro

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica.

Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A. ("SF 92"), resultado da parceria da Votorantim Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board (CPP Investments). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.

PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de duas usinas de geração hidrelétrica sob contrato de concessão (UHE Porto Primavera – produção independente de energia e UHE Paraibuna) com um total de 16 unidades geradoras, 1.627 MW de potência e 935 MW médios de garantia física de energia.

As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado.

Em maio de 2020, chegou ao termo final a concessão da Usina Hidrelétrica Jaguari e, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da CESP realizada em 28 de junho de 2019, a empresa decidiu pela não renovação da concessão dessa usina, que representava menos de 2% da sua energia assegurada total. Em novembro de 2020, a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 409/2020 designou Furnas Centrais Elétricas S.A. como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Jaguari a partir de 1º de janeiro de 2021. A CESP operou a UHE de Jaguari, de junho a dezembro de 2020, via regime de cotas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na CESP, o objetivo da Governança Corporativa é de contribuir para a criação de valor aos acionistas e stakeholders da Companhia, em observância aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, visando o fortalecimento da estrutura de gestão e governança com a finalidade de solidificar os pilares para a perenidade da CESP e seus negócios.

Dessa forma, a Companhia acredita firmemente que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa contribui para o sucesso e a prosperidade de todas suas atividades.

Neste sentido, a CESP segue um conjunto de regras que disciplinam as relações entre a Companhia, seus acionistas e o mercado financeiro, como é o caso do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de todos os normativos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Além disso, a CESP busca continuamente incorporar novas práticas e condutas de Governança Corporativa, inclusive superiores ao requerido pelo Segmento de Listagem do Nível 1 da B3.

A CESP também está comprometida com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, um instrumento importante para administradores e investidores acompanharem as práticas de Governança Corporativa das companhias brasileiras.

SUSTENTABILIDADE

A CESP configura-se no setor de energia como empresa sólida, com o compromisso de incorporar na estratégia de sua nova gestão e de seus negócios, as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, minimizando os impactos sociais e ambientais de suas operações. Parte importante desta estratégia está pautada no rigoroso cumprimento dos requisitos legais, bem como no mapeamento e implantação de ações alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e identificação e priorização dos temas materiais que refletem os impactos ambientais, econômicos e sociais mais significativos da Companhia e influenciam nas decisões das partes interessadas.

O respeito ao meio ambiente é valor fundamental para a CESP, que adota ações de identificação de aspectos e impactos decorrentes de suas atividades com base em programas e ações voltados ao monitoramento e controle.

A CESP, ciente da importância do seu papel social, está implantando um modelo de atuação social em consonância com as principais diretrizes de Responsabilidade Social Empresarial. Para isso, dentro das orientações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, procura atuar junto às comunidades do entorno dos empreendimentos de maneira transparente e participativa, visando o empoderamento e protagonismo socioambientais destes públicos. Para tanto, promoveu-se o Diagnóstico Socioambiental Participativo, onde foram criados espaços de diálogo com os públicos locais para identificação de temas e questões de interesse de todos com o intuito de gerar valor compartilhado.

A CESP em parceria com o Instituto Votorantim, promove entre seus funcionários o Desafio Voluntário, para fomentar a cultura de voluntariado por meio da promoção de iniciativas sociais, e a campanha #ViaSolidária, ação que tem o objetivo de incentivar a cultura de doação para projetos que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Adicionalmente, a CESP atua em 2 grandes projetos fora de sua área de concessão, o Instituto Criança Cidadã – ICC (<https://www.iccsp.org.br/>) e a Fundação Energia e Saneamento (<http://www.museudaenergia.org.br/>), nos quais faz parte dos Conselhos Administrativos e realiza significativos aportes financeiros.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2020, a produção de energia pelas usinas da CESP ficou em linha com a verificada no ano de 2019 (aumento de 3 MWm) e foi influenciada por uma geração menor no primeiro semestre por conta da redução da carga do SIN devido aos efeitos da pandemia do COVID-19 e pela crise hídrica que se acentuou no segundo semestre.

Com relação às UHEs Paraibuna e Jaguari, a programação de produção dessas usinas se dá em função do controle da vazão na bacia do rio Paraíba do Sul, com a definição pelo ONS da vazão defluente das usinas da cascata com o objetivo de atendimento às restrições hidráulicas da bacia.

Em 2020, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 95,7%, valor superior ao 93,9% de 2019, demonstrando de forma contínua a eficiente gestão da manutenção das usinas em 2020 e o bom desempenho operacional dos ativos de geração.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP se mantém consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL e em trajetórias crescente, demonstrando a qualidade da operação e manutenção dos ativos operacionais e a adequada gestão dos riscos operacionais.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Operacional Líquida em 2020 totalizou R\$1,9 bilhão, aumento de R\$346 milhões (+22%) em relação a 2019, majoritariamente decorrente de:

- **Comercializadoras:** Aumento de R\$323 milhões decorrente, principalmente: (i) das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (sazonalização de energia vendida); (ii) liquidação de saldo junto a CCEE no montante de ~R\$57 milhões e (iii) pela atualização dos contratos indexados ao dólar.
- **Trading:** início das operações de trading pela CESP Comercializadora, com receita de R\$112 milhões em 2020.
- **Distribuidoras:** Aumento de R\$17 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Instrumentos de Derivativo:** Despesa de R\$117 milhões pela variação do dólar no exercício na liquidação de instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar.
- **Energia de curto prazo:** Redução de R\$17 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.104 milhões em 2020, mesmo patamar do valor de R\$1.088 registrado em 2019. Em ambos os anos houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir:

Reversão de provisão de litígios: Em 2020, ocorreu uma reversão de provisão no montante de R\$267 milhões em linha com a estratégia processual de redução do contingente passivo. Em 2019 houve reversão no montante de R\$332 milhões.

Efeitos não recorrentes: inclui: (i) Programa de Demissão Voluntária: Em 2020, houve o impacto de despesas, não recorrentes, de R\$15 milhões referente a gastos médicos remanescentes dos ex-funcionários que aderiram ao programa de Demissão Voluntário ("PDV") de 2019 acrescido de novos acordos firmados. Em 2019 os gastos com PDV somam R\$111 milhões e incluem os dois programas ocorridos durante o ano. (ii) Impairment: Em 2020 a reversão de *impairment* do ativo imobilizado foi de R\$8 milhões, frente aos R\$120 milhões registrados em 2019. (iii) Ativo contingente: ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupiá no valor de R\$230 milhões realizado em 2019, decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015.

Efeitos não caixa: Inclui depreciação/amortização, provisões de almoxarifado e a marcação a mercado de contratos futuros de energia. Em 2020, o montante foi de R\$419 milhões explicado pela depreciação de R\$397 milhões e pela marcação a mercado de contratos futuros de energia de R\$21 milhões. Em 2019, os efeitos não caixa somaram R\$380 milhões, explicado, principalmente, pelo valor de depreciação e amortização no exercício.

Baixa de depósitos judiciais: Em 2020, foi reconhecida a despesa de R\$63 milhões referente a baixa de depósitos judiciais levantados pelas contrapartes, identificados no processo de conciliação dos depósitos judiciais. Cabe ressaltar, que essa contabilização é resultado do avanço no processo de análise criteriosa do contencioso passivo e dos depósitos judiciais correspondentes aos processos.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais em 2020 totalizaram R\$882 milhões, aumento de 8% em relação a 2019, quando reportou R\$834 milhões.

Energia comprada: Aumento de R\$62 milhões em relação a 2019, decorrente, principalmente, da compra de energia para operações de trading no montante de R\$83 milhões em 2020 que, quando excluídas, reduzem em 4% o custo de compra de energia, demonstrando a gestão assertiva na equalização do balanço energético, com um preço médio de compra de R\$204 MW/h, 17% inferior ao de 2019 (R\$247 MW/h).

Pessoal e Administradores: Em 2020, os gastos com pessoal e administradores atingiram R\$77 milhões, redução de 32% em relação a 2019, decorrente do ajuste do quadro de funcionários com a mudança no perfil profissional, acompanhada pela reformulação de metas, avaliação de desempenho, desenvolvimento e capacitação profissional.

Serviços de terceiros, materiais e aluguéis: Em 2020, somou R\$38 milhões, redução de 28% em relação a 2019, destaque para o foco na disciplina de custos.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**EBITDA**

EBIT / EBITDA CONSOLIDADO - R\$ mil	2020	2019	Var. (%)
Lucro líquido	1.728.762	1.163.014	49%
IR e CSLL líquidos ¹	(1.471.964)	(1.026.528)	43%
Resultado financeiro	555.928	346.876	60%
= EBIT	812.726	483.362	68%
Depreciação / amortização	397.329	379.565	5%
EBITDA	1.210.055	862.927	40%
PDV	14.998	111.082	-86%
Reversão provisão para litígios	(266.644)	(331.952)	-20%
Ajuste ativo contingente - Jupiá e Ilha Solteira	-	230.040	n.m.
Baixa de depósitos judiciais	63.284	-	n.m.
Reversão de <i>impairment</i>	(7.589)	(120.405)	
EBITDA ajustado	1.014.104	751.692	35%
Margem EBITDA ajustado	53%	48%	5 p.p.

O EBITDA ajustado totalizou R\$1.014 milhões em 2020 com margem de 53%, valor 35% acima de 2019. As variações do EBITDA ajustado podem ser explicadas, principalmente pelo aumento de 22% na receita líquida de 2020, principalmente, decorrente do início das operações da CESP Comercializadora, com os custos e despesas de 2020 no mesmo patamar de 2019.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2020 registrou despesa de R\$556 milhões comparado a despesa de R\$347 milhões apresentada de 2019. A variação pode ser explicada principalmente, por:

Outras despesas financeiras: Aumento de R\$113 milhões, principalmente: (i) pela atualização do saldo do passivo atuarial (CPC 33) no montante de R\$60 milhões; (ii) pelo pagamento do prêmio de liquidação antecipada da 11ª Debênture no montante de R\$11 milhões e baixa proporcional do custo de captação no montante de R\$14 milhões e (iii) ajuste a valor presente do reconhecimento inicial em 2019 da provisão para obrigações socioambientais com variação de R\$19 milhões.

Receitas financeiras: Redução de R\$45 milhões decorrente do menor nível do CDI que corrige as aplicações da Companhia.

Atualização do saldo de provisão para litígios: Aumento de R\$43 milhões, decorrente da atualização do saldo de provisão para litígios, que possuem majoritariamente o IGP-M como indexador.

Baixa de depósitos judiciais: Despesa de R\$24 milhões referente a reversão de correção monetária sobre depósitos judiciais levantados pelas contrapartes.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Encargos de dívidas: Redução de R\$13 milhões devido, principalmente, a redução dos juros apropriados durante o ano de 2020, pela diminuição do CDI médio.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2020 apresentou lucro de R\$1,7 bilhão, contra um lucro de R\$1,1 bilhão em 2019. O principal impacto no lucro deste ano é o reconhecimento do IR/CSLL diferido no montante de R\$1,5 bilhão.

Com a revogação da ICVM nº 371/2002, que limitava em 10 anos o prazo máximo para a realização do ativo fiscal diferido a partir da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia constituiu o imposto diferido (IR/CSLL) de R\$1,5 bilhão, valor que contempla 100% do prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores, garantido pela norma contábil que não limita o período para realização de impostos diferidos. Importante destacar que isso foi possível, uma vez que a realização de todo o IR/CSLL diferido será no período atual da concessão da UHE de Porto Primavera.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto em 31 dezembro de 2020 era de R\$1.826 milhões contra R\$1.791 milhões ao final de 2019.

Como estratégia da gestão do endividamento, em agosto, a CESP captou R\$1,5 bilhão pela emissão da 12ª Debênture de infraestrutura a uma taxa de IPCA + 4,30% a.a. e prazo de 10 anos. A captação foi realizada com o objetivo de pré-pagar, parcialmente, as debêntures emitidas no âmbito da 11ª Emissão, que, por sua vez, foram emitidas com a finalidade de financiar o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera. Com essa operação a dívida da CESP teve um aumento de cinco anos no prazo médio, mantendo, porém, o custo médio, além de melhorar as condições contratuais de forma a melhor adequá-las ao novo perfil de crédito da CESP. Em 31 de dezembro de 2020, o prazo médio da dívida era de 7,8 anos.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de setembro 2020 era de R\$713 milhões contra R\$741 milhões em dezembro de 2019. A dívida líquida em 31 de dezembro de 2020 era de R\$1.216 milhões contra R\$1.010 milhões em 31 de dezembro de 2019.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Conselho de Administração aprovou em reunião de 16 de dezembro de 2020, a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$150 milhões (data ex-JCP 22 de dezembro de 2020), e em reunião de 11 de fevereiro de 2021, o Conselho aprovou a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$700 milhões (data ex-dividendo será no dia 05 de abril de 2021). Com isso, atingimos um payout de 49% sobre o lucro líquido de 2020 e dividend yield de ~9% para as três classes de ações da CESP.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

MERCADO DE CAPITAIS

A CESP possui ações ordinárias ("CESP3") e ações preferenciais classes A e B ("CESP5 e CESP6", respectivamente) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3.

Em 31 de dezembro de 2020 as ações preferenciais classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia, estavam cotadas em R\$28,97. Desde o início deste ano, há um crescimento significativo da liquidez diárias das ações CESP6 que apresentaram uma liquidez média diária de R\$51 milhões no último trimestre de 2020 (vs. R\$35 milhões negociados no último trimestre de 2019).

As ações ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, estavam cotadas em R\$27,80. As ações preferenciais classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, estavam cotadas em R\$35,62, no mesmo 31 de dezembro de 2020.

O valor de mercado da CESP, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$9,4 bilhões comparado a R\$10,5 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

FLUXO DE CAIXA LIVRE

O fluxo de caixa operacional após serviço da dívida em 2020 foi de R\$743 milhões, o que representa um índice de conversão de caixa² de ~73%. O aumento de R\$48 milhões em relação a 2019, deve-se principalmente, pela redução no capital de giro decorrente do maior PDV em 2019.

CAPEX

Em 2020 o Capex foi de R\$16 milhões destinado majoritariamente para aquisição de equipamentos para as usinas hidrelétricas.

PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES

Diversos reconhecimentos de mercado atestam a qualidade da gestão e das operações da nossa Companhia. Pelo segundo ano consecutivo, conquistamos o selo *Great Place to Work – GPTW*, e passamos a integrar o ranking da GPTW como uma das melhores empresas para trabalhar.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho **AUDITORES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CESP esclarece que a empresa PricewaterhouseCoopers, no exercício de 2020, prestou a esta Companhia, somente serviços de auditoria.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo. A Companhia tem como acionista controladora a VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"). Em conjunto com sua controlada CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora") (Nota 1.2 (a), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e a comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações, de acordo com as melhores práticas de mercado.

A Companhia integra o Índice Brasil Amplo, Índice Brasil 100, Índice de Energia Elétrica, Índice de Ações com Governança Corporativa Trade, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciado, Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, e Índice de Utilidade Pública.

A Companhia, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e uma no regime de cotas (Nota 1.2 (d)), somando 1.627 MW de capacidade instalada e 935 MW médios de garantia física de energia.

Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2049, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo:

Produção bruta em MWh (*)					
2020					
Usinas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
Porto Primavera	2.387.980	2.016.725	2.115.856	2.130.403	8.650.964
Paraibuna	23.401	74.572	135.665	100.568	334.206
Jaguari	3.007	19.510	47.289	10.981	80.787
Total	2.414.388	2.110.807	2.298.810	2.241.952	9.065.957

Produção bruta em MWh (*)					
2019					
Usinas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
Porto Primavera	2.302.154	2.009.596	2.079.903	2.252.664	8.644.317
Paraibuna	22.718	56.530	125.780	110.271	315.299
Jaguari	2.710	7.070	31.676	8.497	49.953
Total	2.327.582	2.073.196	2.237.359	2.371.432	9.009.569

(*) Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2020

a) Início das atividades da CESP Comercializadora

Em janeiro de 2020, iniciaram-se as atividades da CESP Comercializadora no mercado de comercialização de energia, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético da CESP, uma melhor gestão dos riscos hidrológicos e de mercado e um aperfeiçoamento da estratégia comercial da Companhia (Nota 32).

b) Pagamento de dividendos

Em 30 de março de 2020 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a proposta da Administração para pagamento dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 605.880, os quais foram pagos em moeda corrente nacional, em duas parcelas, sendo a primeira, no montante de R\$ 409.375 liquidada em 22 de abril de 2020, e a segunda, no montante de R\$ 196.505 liquidada em 22 de outubro de 2020. Os dividendos pagos consideram as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 do dia 2 de abril de 2020 ("data-base"), respeitadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive. As ações da Companhia foram negociadas "ex-dividendos" a partir do dia 3 de abril de 2020, inclusive.

A Companhia, pagou, ainda, o montante de R\$ 257 referente a dividendos de exercícios anteriores, provisionados em 31 de dezembro de 2019.

c) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou pandemia mundial decorrente do novo Coronavírus ("COVID-19"). Diante do ocorrido, a Companhia e sua controlada informam que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Sendo a geração de energia uma atividade essencial, a Companhia adotou protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações de suas usinas hidrelétricas, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos instrumentos de proteção. Complementarmente, em 31 de dezembro de 2020, aproximadamente 82% dos colaboradores estão trabalhando em regime de home office.

Um risco potencialmente relevante à Companhia e sua controlada na emergência do COVID-19 está relacionado à adimplência de clientes e demais contrapartes em contratos de compra e venda de energia. Neste cenário, a Companhia e sua controlada mantém um contato regular com seus principais parceiros comerciais. A posição de contas a receber da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2020 bem como as provisões de créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa refletem de maneira tempestiva a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e solvência dos direitos em questão. A despeito dos impactos econômicos decorrentes da pandemia, não houve inadimplência por parte de qualquer cliente, assim como as poucas renegociações contratuais realizadas, estruturadas de forma a preservar o valor presente dos contratos originais, não devem apresentar impactos materiais nos resultados da Companhia.

A Companhia e sua controlada avaliaram também, seus principais contratos de fornecimento e suprimento de fornecedores, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

A gestão do balanço energético da Companhia para este exercício foi ajustada e a empresa encontra-se bem posicionada frente a potenciais variações adversas do GSF (Generation Scaling Factor) e variações relevantes dos preços de mercado de energia. Adicionalmente, a Companhia detém, neste momento, uma considerável posição de caixa e reitera que não há obrigações financeiras relevantes vincendas nos próximos anos.

Por fim, até o presente momento, a Companhia e sua Controlada não tiveram impacto material em suas operações e liquidações de direitos e obrigações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estão expostas a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como está sujeita à eventuais restrições legais e de mercado que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Operação temporária da UHE Jaguari

Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguari ("UHE Jaguari"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. A operação da UHE Jaguari, cuja garantia física representa menos de 2% da energia assegurada total da Companhia, seguirá de acordo com todas as normas aplicáveis, incluindo as relativas à geração de energia em regime de cotas. A ANEEL homologou a Receita Anual de Geração Inicial ("RAG Inicial") da UHE Jaguari para o ciclo encerrado em 31 de dezembro de 2020, que resultou em uma receita líquida anual de R\$ 9.032, corrigidos anualmente pela inflação após o encerramento de cada ciclo, para o ciclo seguinte.

Em novembro de 2020, a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 409/2020 designou Furnas Centrais Elétricas S.A. como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Jaguari a partir de 1º de janeiro de 2021. A CESP operou a UHE de Jaguari, de junho a dezembro, via regime de cotas (Nota 9.2.3).

e) Certificados I-REC

Em junho de 2020, a Companhia obteve certificação para emissão de *International Renewable Energy Certificates* (I-RECs) comprovando a origem de energia limpa e garantindo a rastreabilidade do atributo ambiental da energia. Os certificados podem ser emitidos de acordo com a garantia física da UHE Porto Primavera sendo que cada I-REC equivale a 1 MWh. Em 31 de dezembro de 2020 as receitas auferidas de I-REC, reconhecidas como outras receitas no resultado, não foram relevantes.

f) Homologação da TUST

A Resolução Homologatória nº 2.726 de 14 de julho de 2020, estabeleceu o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST") de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional com vigência no período de 1º de julho de 2020 a 30 de setembro de 2021. A nova tarifa aplicada à UHE Porto Primavera é de R\$ 8,721/kW, aumento de 13,4% com relação a tarifa do ciclo anterior (R\$ 7,693/kW) (Nota 25.1 – Encargos de uso de rede elétrica).

g) Emissão de debêntures

Em 21 de agosto de 2020, a Companhia captou o montante de R\$ 1.500.000 através da 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio desta emissão foi destinada para pagamento parcial da 11ª emissão de debêntures simples que, por sua vez, foram emitidas em 19 de dezembro de 2018 com a finalidade de financiar o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera, bem como de despesas relacionadas. As debêntures têm vencimento em 10 anos e amortização em 3 parcelas anuais e consecutivas com carência de 7 anos (Nota 14.2).

h) Distribuição de juros sobre capital próprio

Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP"), imputável ao dividendo mínimo obrigatório, no montante bruto de R\$ 150.001 (data ex-JCP 22 de dezembro de 2020), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Nota 23.6.3). O valor bruto por ação é de R\$ 1,82454519 para ações preferenciais A e R\$ 0,42648549 para ações preferenciais B e ações ordinárias, sendo o pagamento previsto para abril de 2021, em data coincidente com o próximo pagamento de dividendos.

i) GSF (*Generation Scaling Factor*)

A Lei nº 14.052, publicada em 09/09/2020, alterou a Lei nº 13.203, de 08/12/2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (*Generation Scaling Factor* ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica. Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são, majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados "estruturantes" (UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis, e não há previsão de pagamento de prêmio de risco.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei.

No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL (ver cronograma abaixo), que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 (“Resolução”), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020. Os resultados para as usinas da CESP foram:

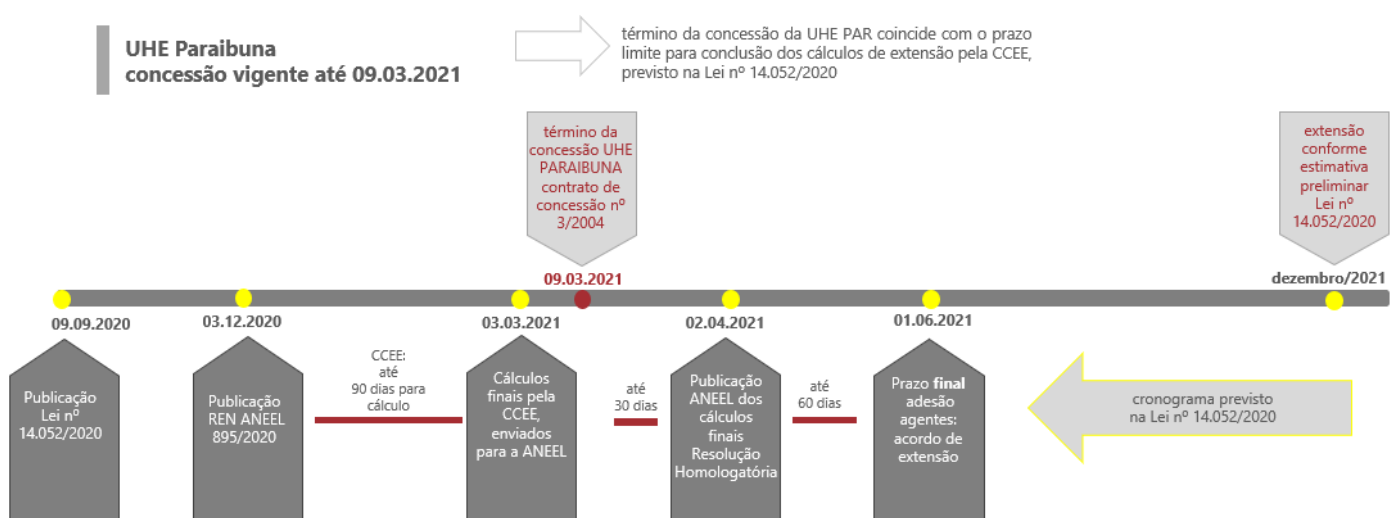
- i. UHE Paraibuna: 9 meses (aproximadamente);
- ii. UHE Porto Primavera: 7 anos

Determinados fatores considerados para o cálculo inicial da CCEE foram, em alguma medida, alterados pela ANEEL na homologação da versão final da regulação, hoje vigente e que subsidia os cálculos que, nesta data, estão em elaboração pela Câmara. Adicionalmente, alguns fatores para o correto cálculo da extensão da outorga não são conhecidos pela Companhia, principalmente quanto aos efeitos causados pelas UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio (as chamadas “usinas estruturantes”), restrições originadas pela não conclusão, por empresas de transmissão, de obras de linhas e instalações para escoamento da UHE Belo Monte. A esse respeito, vale dizer que em função do período de concessão da Companhia, esses dados de entrada, apurados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e enviados diretamente à Câmara para serem considerados no cálculo e no processamento dos valores finais de compensação, sem divulgação pública ou aos agentes são relevantes na determinação do tempo total estimado de extensão de outorga e na apuração de recuperação de custos.

Portanto, é impraticável uma estimativa com segurança por parte da administração, restando aguardar a CCEE disponibilizar e efetuar os cálculos finais, considerando todos os parâmetros dados pela Resolução, de compensação aplicável aos agentes titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, com outorga vigente na data de publicação da Lei.

Até a data de divulgação desta Demonstração Financeira, não havia confirmação de que os cálculos já haviam sido concluídos pela CCEE e enviados para a ANEEL. Essa etapa está prevista para ocorrer, até 03/03/2020, e a ANEEL divulgará até 02/04/2020, com o início da adesão pelos agentes. Em posse dos números divulgados, a Administração submeterá a aprovação do Conselho de Administração para adesão e registro do ativo regulatório. Vale dizer que a CESP não possui ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, tão pouco qualquer obrigação em reação ao tema.

Desse modo, concluímos que o cálculo prévio publicado pela CCEE em outubro/2020 não considera todos os parâmetros dados pela Resolução, e assim, o registro será efetuado a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, previsto para 02/04/2021, conforme cronograma abaixo:



Por fim, no que diz respeito à UHE Paraibuna, a ANEEL encaminhou à CESP o Ofício nº 36/2021, em 27.01.2021, propondo adesão a rito específico para a extensão de prazo de outorga, conforme Lei nº 14.052/2020, mediante assinatura de termo aditivo ao contrato de concessão prevendo antecipação da extensão em 6 meses, já que, provavelmente, até essa data não terão sido completadas todas as



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

etapas para a efetivação da extensão definitiva. Conforme Ofício nº 49/2021, a CESP deverá se manifestar acerca da intenção da extensão de prazo, sobre a eventual prorrogação da concessão em regime de cotas e sobre a concordância com os termos propostos na Nota Técnica nº 43/2021, parte do Ofício nº 36/2021, até 12/02/2021, conforme evento subsequente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e resumo das práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2020, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 11 de fevereiro de 2021.

2.1 Consolidação

Conforme item 1.2 (a), a Companhia obteve autorização da ANEEL para operar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, por meio da CESP Comercializadora. Com o início das operações de comercialização de energia em janeiro de 2020 a Companhia passa a divulgar, também, suas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia consolida a CESP Comercializadora, pois possui participação de 100% de seu capital votante e detém controle sobre a Companhia, isto é, está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Transações, saldos e resultados de transações entre a controlada e a Companhia são eliminados.

2.2 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Conta contábil	Nota explicativa
Contas a receber	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8
Imobilizado	11
Intangível	12
Obrigações socioambientais	17
Contratos futuros de energia	18
Benefícios pós-emprego	19
Provisão para litígios	20
Receita	24
Custos e despesas	25

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis a seguir descritas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020 e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3.1 IFRS 3 / CPC 15 – “Combinação de negócios”

As alterações tiveram como o objetivo classificar a definição de negócio.

3.2 IFRS 16 / CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”

Foi instituído expediente prático para a renegociação de contratos de aluguel decorrentes da Covid-19, cujos efeitos para a CESP são imateriais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1 Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2 Composição

O caixa e equivalentes de caixa compreende disponibilidades em contas correntes bancárias, títulos públicos e de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média de remuneração	2020	2019	2020	2019
Caixa					
Depósitos bancários a vista		1.473	286	1.579	317
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	101,27% do CDI	469.680	630.744	539.913	681.881
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs (a)	102,92% do CDI	155.079		155.079	
Letras financeiras - títulos privados	103,50% do CDI	16.813		16.813	
Operações compromissadas			55.390		55.390
Fundos de investimentos			3.856		3.856
		641.572	689.990	711.805	741.127
		643.045	690.276	713.384	741.444

(a) As aplicações em Letras Financeiras do Tesouro possuem vencimento em 01 de março de 2021, e possuem conversibilidade imediata em caixa.

5. Contas a receber

5.1 Política contábil

Correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é baseada na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Consumidores (a)				
Industrial	42.167	79.314	117.632	79.314
Revendedores (a)				
Agentes comercializadores	31.215	45.871	48.709	45.871
Agentes comercializadores - partes relacionadas (Nota 22)	40.980	3.931	7.562	3.931
Leilões de energia	58.360	61.380	58.360	61.380
Suprimento em regime de quotas	2.953	2.036	2.953	2.036
	175.675	192.532	235.216	192.532
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(6.208)	(6.208)	(6.208)	(6.208)
	169.467	186.324	229.008	186.324
Energia livre / CCEE				
Energia Livre (RTE) (b)	13.712	13.712	13.712	13.712
Energia de curto prazo (CCEE) (c)	43.809	12.606	43.809	12.606
	57.521	26.318	57.521	26.318
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (b)	(13.712)	(13.712)	(13.712)	(13.712)
	43.809	12.606	43.809	12.606
	213.276	198.930	272.817	198.930

(a) Consumidores e revendedores

A Companhia e sua controlada possuem certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2020, os dez principais clientes representam 70,67% do total da carteira (71,30% em 31 de dezembro de 2019).

(b) Energia livre – Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

Em 26 de agosto de 2010, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo valor histórico, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é de R\$ 13.712 e encontra-se provisionado e em discussão judicial.

(c) Energia de curto prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema, cujo montante é apresentado de forma líquida de obrigações junto a CCEE.

5.3 Vencimentos de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	213.276	198.930	272.817	198.930
Vencidos há mais de 360 dias	19.920	19.920	19.920	19.920
	233.196	218.850	292.737	218.850

O saldo total dos títulos vencidos há mais de 360 dias está provisionado para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Créditos diversos (a)	31.301	31.301	31.301	31.301
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (a)	(31.301)	(31.301)	(31.301)	(31.301)
Ordens de projetos - P&D (b)	52.685	82.793	52.685	82.793
Adiantamentos a Vivest (Nota 22)	12.536	8.824	12.536	8.824
Repasse a receber Nexa (Nota 22)	3.482		3.482	
Outros	781	1.536	806	1.536
	69.484	93.153	69.509	93.153

- (a) O saldo refere-se substancialmente à cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Estado da Fazenda, Transportes, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo, ex-acionista controlador da Companhia.
- (b) Os gastos aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") são contabilizados no ativo e, quando da conclusão do projeto e da aprovação do mesmo pela ANEEL, compensados com o passivo (Nota 15 (a)) registrado para este fim.

7. Cauções e depósitos judiciais

7.1 Política contábil

Referem-se a garantias prestadas, vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelo seu valor histórico acrescido de atualização monetária.

7.2 Composição

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Depósitos judiciais (a)		
Ações cíveis	163.476	171.625
Ações trabalhistas	37.340	93.729
Ações tributárias	11.642	29.940
Ações ambientais	43.040	43.963
Outros depósitos judiciais	3.267	3.181
	258.765	342.438
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE	1.731	1.277
Depósitos vinculados - ANEEL		264
	1.731	1.541
	260.496	343.979

- (a) A redução no montante de depósitos judiciais ocorreu, substancialmente, pela finalização de vários processos durante o exercício, bem como substituição dos depósitos judiciais por outras modalidades de garantia admitidas em Lei.

**Notas Explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****7.3 Movimentação**

Controladora e consolidado					
	2019	Adições	Atualização	Convertidos/ Levantados	2020
Depósitos judiciais					
Ações cíveis	171.625	142	4.026	(461)	163.476
Ações trabalhistas	93.729	5.854	2.133	(8.913)	37.340
Ações tributárias	29.940		438	(849)	11.642
Ações ambientais	43.963		919	(112)	43.040
Outros depósitos judiciais	3.181	10	76		3.267
	342.438	6.006	7.592	(10.335)	258.765
Cauções					
Depósitos vinculados - CCEE	1.277	423	31		1.731
Depósitos vinculados - ANEEL	264	1		(265)	
	1.541	424	31	(265)	1.731
	343.979	6.430	7.623	(10.600)	260.496

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos**8.1 Política contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O tributo sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes utilizadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estão relacionados com a mesma autoridade fiscal.

8.2 Composição

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2020 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

As projeções com prazo limite de cada concessão adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada realizaram testes de *impairment* para suportar o saldo de impostos diferidos. Com a revogação da ICVM nº 371/2020, em agosto de 2020, que limitava o prazo máximo em dez anos para realização do ativo fiscal diferido a partir da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia e sua controlada passaram a utilizar como estimativa o prazo de concessão de suas usinas.

A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico (PE) aprovado no Conselho de Administração que demonstra que a Companhia gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa são recuperados em sua totalidade até 2037.

As projeções financeiras utilizaram premissas definidas e, como resultado, observou-se acréscimo na previsão de utilização dos créditos tributários, com relação ao teste realizado no exercício anterior. Desta forma, a Administração constituiu o montante de R\$ 1.513.477 (R\$ 1.039.635 em 31 de dezembro de 2019) adicionais como imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 27.2).

	Controladora					
	Ativo (a)		Passivo (b)		Líquido Ativo (a-b)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social						
Montantes registrados						
Efeito em resultado (a)						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.040.974	157.324			1.040.974	157.324
Atualização de saldo de depósitos judiciais			66.781	53.488	(66.781)	(53.488)
Provisão para litígios	594.407	489.663			594.407	489.663
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	508.951	127.870			508.951	127.870
Provisão ativo regulatório	461.031	341.722			461.031	341.722
Hedge accounting operacional	2.170			444	2.170	(444)
Outras provisões	84.960	52.689	5.801		79.159	52.689
	2.692.493	1.169.268	72.582	53.932	2.619.911	1.115.336
Efeito em outros resultados abrangentes (b)						
Hedge accounting operacional	19.915			13.137	19.915	(13.137)
Custo atribuído de imobilizado (Nota 23.4)	473.762	490.451			473.762	490.451
Benefícios pós-emprego	656.812	284.762			656.812	284.762
	1.150.489	775.213		13.137	1.150.489	762.076
Total ativo, líquido do passivo (a-b)	3.842.982	1.944.481	72.582	67.069	3.770.400	1.877.412
Montantes não registrados						
Efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa		888.506				888.506
Atualização de saldo de depósitos judiciais				13.897		(13.897)
Provisão para litígios		127.224				127.224
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01		386.319				386.319
Provisão ativo regulatório		119.309				119.309
		1.521.358		13.897		1.507.461
	3.842.982	3.465.839	72.582	80.966	3.770.400	3.384.873



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Ativo (a)		Passivo (b)		Líquido Ativo (a-b)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social						
Montantes registrados						
Efeito em resultado (a)						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.040.974	157.324			1.040.974	157.324
Atualização de saldo de depósitos judiciais			66.781	53.488	(66.781)	(53.488)
Provisão para litígios	594.407	489.663			594.407	489.663
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	508.951	127.870			508.951	127.870
Provisão ativo regulatório	461.031	341.722			461.031	341.722
<i>Hedge accounting</i> operacional	3.799			444	3.799	(444)
Contratos futuros de energia	7.291				7.291	
Outras provisões	85.200	52.689	5.801		79.399	52.689
	2.701.653	1.169.268	72.582	53.932	2.629.071	1.115.336
Efeito em outros resultados abrangentes (b)						
<i>Hedge accounting</i> operacional	31.638			13.137	31.638	(13.137)
Custo atribuído de imobilizado (Nota 23.4)	473.762	490.451			473.762	490.451
Benefícios pós-emprego	656.812	284.762			656.812	284.762
	1.162.212	775.213		13.137	1.162.212	762.076
Total ativo, líquido do passivo (a-b)	3.863.865	1.944.481	72.582	67.069	3.791.283	1.877.412
Montantes não registrados						
Efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa		888.506				888.506
Atualização de saldo de depósitos judiciais				13.897		(13.897)
Provisão para litígios		127.224				127.224
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01		386.319				386.319
Provisão ativo regulatório		119.309				119.309
		1.521.358		13.897		1.507.461
	3.863.865	3.465.839	72.582	80.966	3.791.283	3.384.873

8.3 Realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

As projeções financeiras realizadas tiveram os seguintes resultados, considerando a previsão de realização das principais diferenças temporárias pela Companhia e sua controlada com efeito em resultado.

	Controladora						
	2021	2022 e 2023	2024 e 2025	2026 e 2027	2028 e 2029	2030 a 2034	A partir de 2035
							Total
Prejuízo fiscal e base negativa	47.495	109.797	83.336	133.406	145.184	190.148	331.608
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(11.131)	(22.260)	(22.260)	(11.130)			
Provisão para litígios	99.067	198.136	198.136	99.068			
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	17.550	35.100	35.100	35.100	35.100	87.750	263.251
Provisão ativo regulatório	65.862	131.723	131.723	131.723			
<i>Hedge accounting</i> operacional	2.170						
Outras provisões	53.942	7.391	7.311	7.009	3.506		
	274.955	459.887	433.346	395.176	183.790	277.898	594.859



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	2021	2022 e 2023	2024 e 2025	2026 e 2027	2028 e 2029	2030 a 2034	A partir de 2035	Total
Prejuízo fiscal e base negativa	47.495	109.797	83.336	133.406	145.184	190.148	331.608	1.040.974
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(11.131)	(22.260)	(22.260)	(11.130)				(66.781)
Provisão para litígios	99.067	198.136	198.136	99.068				594.407
Provisão para impairment - CPC 01	17.550	35.100	35.100	35.100	35.100	87.750	263.251	508.951
Provisão ativo regulatório	65.862	131.723	131.723	131.723				461.031
Hedge accounting operacional	3.799							3.799
Contratos futuros de energia	7.291							7.291
Outras provisões	54.182	7.391	7.311	7.009	3.506			79.399
	284.115	459.887	433.346	395.176	183.790	277.898	594.859	2.629.071

O imposto de renda e a contribuição social sobre o custo atribuído têm as realizações conforme a depreciação dos bens calculada com base na vida útil estimada, limitada ao prazo de concessão da UHE Porto Primavera.

9. Ativo sujeito à indenização

9.1 Política contábil

Dada a divergência existente, entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia, em relação ao valor da indenização devida pela reversão de bens das UHEs Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, visando o recebimento do valor de indenização que entende ser o correto. Desta forma, considerando a existência de ativo contingente, em atendimento ao CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em 2013 e 2015 a Companhia efetuou ajuste no ativo, adequando o valor registrado das respectivas UHEs para o valor incontroverso, sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente. Em dezembro de 2020, com o fim da operação temporária da UHE Jaguari, a Companhia reclassificou o valor residual do ativo imobilizado para a rubrica de Ativo sujeito à indenização. Os ativos sujeitos a indenização sofrerão atualização financeira conforme prazos e índice a serem definidos.

9.2 Composição e movimentação

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a Companhia formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a Companhia manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A Companhia, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 01 de janeiro de 2021 (Nota 1.2 (d)).



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado				
	2020		2019		
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupia	Jaguari	Total
Composição do ativo sujeito a indenização					
Ativo sujeito à indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	19.771	6.357.027
Ajuste para <i>impairment</i>		(1.657.484)	(337.826)		(1.995.310)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)		(2.622.556)
Total provisões	(1.811.718)	(2.163.830)	(642.318)		(4.617.866)
Ativo sujeito a indenização (líquido)	1.717.362	2.028		19.771	1.739.161

	Controladora e Consolidado				
	2020		2019		
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupia	Total	Total
Composição do ajuste ativo contingente					
Ativo regulatório		(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)
Custo atribuído (<i>deemed cost</i>)		(1.264.198)			(1.264.198)
Portaria MME nº 458			2.028	2.028	2.028
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)	(2.622.556)

9.2.1 Usina Três Irmãos

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da UHE Três Irmãos, até então realizada pela Companhia, houve determinação, por parte do MME, para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da Usina Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria MME nº 214/13.

Em razão da determinação de nova licitação para operação da UHE Três Irmãos, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda ("MF"), foi definido o valor de indenização a ser pago à Companhia, "*referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31 de março de 2013*". O montante de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (data-base junho de 2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a Companhia manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que, no entendimento da Companhia, fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da Companhia, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis.

Assim, conforme mencionado acima, dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir o valor de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso).

Atualmente, a questão está sendo discutida no âmbito judicial, estando o respectivo processo em fase de produção de provas.

9.2.2 Usinas de Ilha Solteira e Jupia

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, "*considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015*". Para a UHE de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos. Apenas o recurso da CESP foi parcialmente provido em 2ª instância, motivo pelo qual ambas as partes apresentaram recursos à 3ª instância, os quais aguardam, atualmente, julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu ajuste para desvalorização de ativos (ativo contingente), no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira – R\$ 506.346 e Jupia – R\$ 304.492), sendo R\$ 230.040 reconhecido durante



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o exercício de 2019, na rubrica de Outras receitas operacionais, líquidas, referentes à modernização e melhoria conforme resolução nº 596/2013 da ANEEL.

9.2.3 Usina Jaguari

Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguari ("UHE Jaguari"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União ((Nota 1.2 (d)). Em 13 de novembro de 2020, o MME publicou a Portaria nº 409/2020, que designou Furnas Centrais Elétricas S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, a Companhia reclassificou o valor residual do ativo imobilizado (Nota 11.3) da UHE Jaguari para a rubrica de Ativo sujeito à indenização no montante total de R\$ 19.771, em 31 de dezembro de 2020, e aguarda a definição dos valores de indenização a serem fixados pela União.

10. Investimentos

10.1 Política contábil

Os investimentos em entidades controladas são avaliados nas demonstrações individuais da Companhia pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

a) Impairment de investimentos

Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixas (UGCs) para fins de teste de *impairment*.

b) Composição

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	Informações em 31 de dezembro de 2020			Saldo		Resultado de equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2020	2019	2020	2019
Controladas							
CESP Comercializadora de Energia S.A.	31.176	4.874	100,00	31.176	51.102	4.874	102
				<u>31.176</u>	<u>51.102</u>	<u>4.874</u>	<u>102</u>

c) Movimentação

	Controladora	
	2020	2019
Saldo inicial em 1/1/2020	51.102	
Aquisição de investimento		1.000
Aumento de capital em investida		50.000
Dividendos recebidos	(24)	
Equivalência patrimonial	4.874	102
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos (Nota 23.5)	(23.618)	
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.158)	
Saldo final em 31/12/2020	<u>31.176</u>	<u>51.102</u>



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Informações da investida

Apresentamos a seguir um resumo com as principais informações financeiras da controlada:

Balanco Patrimonial - CESP Comercializadora S.A.		2020	2019
Ativo			
Circulante		175.873	51.102
Não circulante		20.883	
Total do ativo		196.756	51.102
Passivo			
Circulante		158.349	
Não Circulante		7.231	
Patrimônio Líquido		31.176	51.102
Total do passivo e do patrimônio líquido		196.756	51.102
Demonstração do Resultado - CESP Comercializadora S.A.		2020	2019
Receita líquida		772.063	
Custo do serviço de energia elétrica		(734.023)	
Lucro bruto		38.040	
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(10.658)	(44)
Outras despesas operacionais, líquidas		(21.467)	
		(32.125)	(44)
Resultado financeiro líquido		1.423	178
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.338	134
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(11.180)	(32)
Diferidos		8.716	
Lucro líquido do exercício		4.874	102

11. Imobilizado

11.1 Política contábil

a) Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Administração, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

b) Custos socioambientais

Refere-se aos custos socioambientais relativos à Licença de Operação da UHE Porto Primavera, relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE. Para estes custos foi elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos são amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

11.2 Composição

Controladora e Consolidado					
				2020	2019
	Taxas anuais médias %	Custo total	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Em operação					
Terrenos	3,3%	273.286	(15.903)	257.383	267.453
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0%	8.069.195	(3.862.236)	4.206.959	4.376.995
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	2.085.415	(1.503.146)	582.269	632.413
Máquinas e equipamentos	2,9%	2.077.833	(1.295.860)	781.973	879.058
Veículos	5,4%	6.119	(4.662)	1.457	1.778
Móveis e utensílios	3,9%	3.015	(996)	2.019	468
Custos socioambientais	10,0%	148.162	(31.486)	116.676	142.142
		12.663.025	(6.714.289)	5.948.736	6.300.307
Em andamento					
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.541		1.541	1.541
Máquinas e equipamentos		4.143		4.143	2.831
Outros		2.009		2.009	1.264
		7.693		7.693	5.636
		12.670.718	(6.714.289)	5.956.429	6.305.943

11.3 Movimentação

Controladora e Consolidado								
	2019	Adições	Baixas	Ativações	Transferências	Depreciação	Reversão de <i>impairment</i>	2020
Em operação								
Terrenos	267.453		(441)		(64)	(9.565)		257.383
Reservatórios, barragens e adutoras	4.376.995				7.459	(185.084)	7.589	4.206.959
Edificações, obras civis e benfeitorias	632.413		(40)	1.294	(461)	(50.937)		582.269
Máquinas e equipamentos	879.058		(53)	5.455	(26.704)	(75.783)		781.973
Veículos	1.778					(321)		1.457
Móveis e utensílios	468		(7)	1.673	(1)	(114)		2.019
Custos socioambientais (Nota 17)	142.142		(9.773)			(15.693)		116.676
	6.300.307		(10.314)	8.422	(19.771)	(337.497)	7.589	5.948.736
Em andamento								
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.541							1.541
Máquinas e equipamentos	2.831	8.239		(6.927)				4.143
Outros	1.264	2.240		(1.495)				2.009
	5.636	10.479		(8.422)				7.693
	6.305.943	10.479	(10.314)		(19.771)	(337.497)	7.589	5.956.429

As transferências do ativo imobilizado tratam-se dos ativos referente à UHE Jaguari, devido ao fim da concessão (Nota 9.2.3)



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado					
	2018	Adições	Baixas	Ativações	Depreciação	(Provisão)/ Reversão de impairment
Em operação						
Terrenos	309.281		(38)		(6.356)	(35.434)
Reservatórios, barragens e adutoras	3.842.287			111	(197.058)	731.655
Edificações, obras civis e benfeitorias	955.412		(144)		(27.060)	(295.795)
Máquinas e equipamentos	1.244.302		(588)	3.110	(87.745)	(280.021)
Veículos	2.104				(326)	
Móveis e utensílios	1.008		(451)		(89)	
Custos socioambientais (Nota 17)		157.936			(15.794)	
	6.354.394	157.936	(1.221)	3.221	(334.428)	120.405
Em andamento						
Reservatórios, barragens e adutoras	69			(69)		
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.541				
Máquinas e equipamentos	2.152	3.696	(1)	(3.016)		
Outros	2	1.345	(28)	(55)		
	2.223	6.582	(29)	(3.140)		
	6.356.617	164.518	(1.250)	81	(334.428)	120.405

11.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

O efeito líquido da adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado no montante de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 2.345.163. A realização do saldo se dá pela depreciação do custo atribuído no ativo imobilizado, em contrapartida com o reconhecimento no próprio patrimônio líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial.

11.4.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado		
	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 1/1/2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações acumuladas	(4.992.352)	1.698.566	(3.293.786)
Saldo final em 31/12/2019	(1.439.074)	490.451	(948.623)
Realização no exercício (depreciação)	38.149	(14.137)	24.012
Reclassificação referente a ativos UHE Jaguari	7.505	(2.552)	4.953
Saldo final em 31/12/2020	(1.393.420)	473.762	(919.658)

11.5 Teste do imobilizado para verificação do *impairment*

Conforme política contábil, a Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável.

a) Premissas utilizadas no teste de *impairment*

O valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir período de prorrogação ou renovação da usina de Paraibuna.
- (ii) Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão da usina de Paraibuna. No caso da usina de Porto Primavera o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2049 – E, conseqüentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização.

A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 6,99% a.a. (7,09% a.a. em 2019), considerada pela Administração como compatível com o mercado.

As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia.

b) Resultados do teste de *impairment*

Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a Companhia comparou-o com o valor contábil das respectivas usinas. Como resultado foi constatado que para a UHE Porto Primavera houve recuperação de seu valor frente às perdas acumuladas contabilizadas até 2019 (R\$ 1.511.782).

Desta forma, a Companhia registrou, de forma líquida, reversão de *impairment* no montante de R\$ 7.589 (R\$ 120.405 em 31 de dezembro de 2019), no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas operacionais, líquidas”.

Controladora e Consolidado			
2020			
Usina	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor Justo	Reversão de (<i>Impairment</i>)
UHE Porto Primavera	7.396.316	7.403.905	7.589
UHE Paraibuna	29.674	29.674	
	7.425.990	7.433.579	7.589

Controladora e Consolidado			
2019			
Usina	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor Justo	(<i>Impairment</i>) / Reversão
UHE Porto Primavera	7.505.947	7.626.891	120.944
UHE Paraibuna	40.612	40.612	
UHE Jaguari	22.669	22.130	(539)
	7.569.228	7.689.633	120.405

Abaixo estão demonstrados os impactos nos cenários projetados em função da variação das principais premissas utilizadas no teste de *impairment*:

Análise de sensibilidade		Controladora e Consolidado		
GSF		-2 p.p.	Atual	+2 p.p.
(<i>Impairment</i>) / Reversão		(77.274)	7.589	92.452
Preço de energia		-R\$ 5,00 / MWh	Atual	+R\$ 5,00 / MWh
(<i>Impairment</i>) / Reversão		(139.194)	7.589	154.372



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Intangível

12.1 Política contábil

a) Repactuação risco hidrológico

Risco hidrológico corresponde à relação entre o volume de energia que é gerado pelas usinas que integram o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e a garantia física total delas. Somam-se toda a garantia física das usinas que compõem o MRE e toda a energia que foi gerada. Caso o volume elétrico gerado seja menor do que a garantia física, as hidrelétricas têm que pagar a diferença.

Em 18 de agosto de 2015 foi publicada a MP nº 688, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo a participação apenas dos geradores participantes do MRE (voluntário) e distribuidoras (compulsório) e envolvendo parcelas da garantia física de energia do agente gerador, referentes aos montantes dos contratos do Ambiente de contratação regulada ("ACR") e do Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A Companhia aderiu à repactuação do Risco Hidrológico no ACR para os contratos da UHE Porto Primavera, quais sejam, 1º e 2º Leilão de Energia Nova ("Botox") e o 4º Leilão de Energia Existente (encerrado em 2016).

O impacto do deslocamento hidrológico no ano de 2015, referente aos contratos no ambiente de ACR foi de R\$ 161 milhões e, conforme critério da ANEEL, o ressarcimento foi de R\$ 103 milhões da seguinte forma:

- Contrato "Botox": postergação do pagamento do prêmio de risco por 4 anos e 6 meses (pagamento a partir de julho/2020);
- Contrato de Energia Existente: postergação do pagamento do prêmio de risco por 1 ano e extensão do prazo de outorga da UHE Porto Primavera por 53 dias. Nesse período, a garantia física da usina será contratada no ambiente regulado e sem risco de GSF.

Os impactos contábeis foram refletidos em 2015, conforme segue:

			2015
Repactuação risco hidrológico	Despesas antecipadas	Intangível	Redução Compra Energia CCEE
Circulante			
Contrato 230 MWm	15.021		(15.021)
Contrato 120 MWm	9.134	26.134	(35.268)
	24.155	26.134	(50.289)
Não Circulante			
Contrato 230 MWm	52.575		(52.575)
	76.730	26.134	(102.864)

b) UBP - Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP.

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2 Composição

Controladora e Consolidado					
		2020	2019		
	Taxas anuais médias %	Custo total	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Em operação					
Software e licença de uso	4,9%	26.446	(19.576)	6.870	11.724
Repactuação risco hidrológico (a)	8,1%	26.134	(10.251)	15.883	18.101
UBP - Uso do bem público (b)	3,3%	171.966	(10.419)	161.547	177.468
Outorga	3,3%	1.398.703	(78.279)	1.320.424	1.365.678
		1.623.249	(118.525)	1.504.724	1.572.971
Em andamento					
Software e licença de uso		5.171		5.171	2.329
		5.171		5.171	2.329
		1.628.420	(118.525)	1.509.895	1.575.300

12.3 Movimentação

Controladora e Consolidado						
	2019	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2020
Em operação						
Software e licença de uso	11.724			208	(5.062)	6.870
Repactuação risco hidrológico	18.101			(208)	(2.010)	15.883
UBP - Uso do bem público	177.468		(9.794)		(6.127)	161.547
Outorga	1.365.678				(45.254)	1.320.424
	1.572.971		(9.794)		(58.453)	1.504.724
Em andamento						
Software e licença de uso	2.329	2.842				5.171
	2.329	2.842				5.171
	1.575.300	2.842	(9.794)		(58.453)	1.509.895

Controladora e Consolidado						
	2018	Adições	Baixas	Ativações	Amortização	2019
Em operação						
Software e licença de uso	15.880		(3)	731	(4.884)	11.724
Repactuação risco hidrológico	20.166			23	(2.088)	18.101
UBP - Uso do bem público		181.760			(4.292)	177.468
Outorga		1.398.703			(33.025)	1.365.678
	36.046	1.580.463	(3)	754	(44.289)	1.572.971
Em andamento						
Software e licença de uso	754	2.505	(95)	(835)		2.329
	754	2.505	(95)	(835)		2.329
	36.800	1.582.968	(98)	(81)	(44.289)	1.575.300

O saldo de ativações em 31 de dezembro de 2019 refere-se à transferências realizadas da classe de “Em andamento – Software e licença de uso” do intangível para a classe de “Máquinas e equipamentos” do imobilizado.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Energia comprada para revenda

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Energia comprada para revenda	15.416	33.634	73.897	33.634
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 22)		2.121	2.212	2.121
	15.416	35.755	76.109	35.755

Refere-se a contratos de energia comprada para revenda, para o equilíbrio do balanço energético do exercício, face a garantia física das UHEs da Companhia.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

14.1 Política Contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

14.2 Composição

		Controladora e Consolidado		
		2020		
	Encargos financeiros anuais	Circulante	Não circulante	Total
		Encargos	Principal	Principal
Moeda nacional				
Debêntures - 11ª emissão (a)	CDI + 1,64% a.a.	293	(484)	298.067
Debêntures - 12ª emissão (a)	IPCA + 4,30% a.a.	23.425	(5.014)	1.502.787
		23.718	(5.498)	1.800.854
		Controladora e Consolidado		
		2019		
	Encargos financeiros anuais	Circulante	Não circulante	Total
		Encargos	Principal	Principal
Moeda nacional				
Debêntures - 11ª emissão (a)	CDI + 1,64% a.a.	2.969		1.781.123
Eletrobrás (RGR e IRD)	Taxa Fixa 5,00% e 8,00% a.a.		33	
		2.969	33	1.784.125

- (a) Em 21 de agosto de 2020, a Companhia captou o montante de R\$ 1.500.000 através da 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (Nota 1.2 (g)). As debêntures têm vencimento em 10 anos contados da data de emissão, ou seja, 15 de agosto de 2030, ressalvadas as hipóteses de resgate e vencimento antecipado previstas na escritura de emissão, a amortização ocorrerá em 3 parcelas anuais e consecutivas em 2028, 2029 e 2030. O valor nominal unitário tem atualização monetária pela variação acumulada do Índice de Preços para o Consumidor Amplo ("IPCA"), incidindo juros remuneratórios sobre o valor nominal unitário correspondentes a 4,30% ao ano, base 252 dias úteis, pagos nos meses de fevereiro e agosto de cada ano.

O custo de emissão das debêntures foi de R\$ 50.134 a ser apropriado no resultado mensalmente pelo prazo de contrato de 10 anos.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio desta emissão foi destinada para pagamento parcial da 11ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 1.499.999 e esta liquidação gerou desembolso pela Companhia de R\$ 11.326 à título de prêmio por liquidação antecipada, além de apropriação de custos de captação de R\$ 14.465, ambos reconhecidos no resultado financeiro.



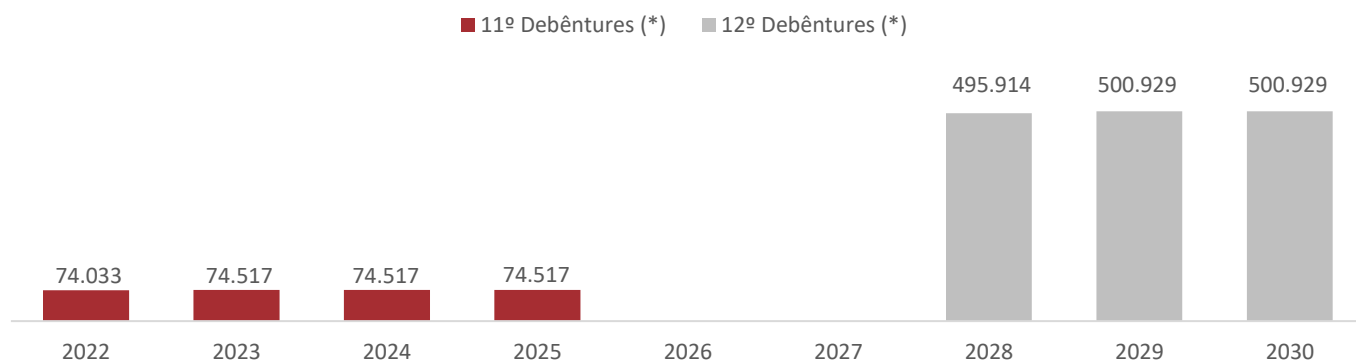
Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou todas as condições contidas em seus contratos de dívidas e concluiu que atendeu todas as cláusulas dos contratos.

14.3 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo não circulante



(*) Saldos apresentados líquidos de custo de captação.

14.4 Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	1.784.125	215.636
Captações	1.500.000	1.800.000
Custos de captação	(50.134)	(22.018)
Juros e comissões	130.084	139.848
Apropriações dos custos de captação	3.658	3.141
Variações cambiais		3.347
Apropriação de custos de captação - Liquidação 11ª emissão de debêntures	14.465	
Amortização do principal	(1.500.032)	(217.733)
Amortização de juros	(63.092)	(138.096)
Saldo final	1.819.074	1.784.125

15. Encargos setoriais

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	149	137
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	8.580	8.459
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	620	2.377
Quotas para P&D - FNDCT	969	1.316
Quotas para P&D - MME	490	282
P&D - Projetos (a)	65.699	87.036
Encargos de uso da rede elétrica	19.496	16.066
	96.003	115.673
Não circulante		
P&D - Projetos (a)	1.240	12.014
	1.240	12.014
	97.243	127.687

(a) Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), atualizados pela SELIC. Os investimentos aplicados em P&D são contabilizados no ativo (Nota 6) e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. UBP - Uso do bem público

16.1 Política contábil

De acordo com o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a Companhia tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos.

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 30 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

16.2 Composição

	Controladora e Consolidado							
	2020				2019			
	Ativo intangível (Nota 12)	Passivo			Ativo intangível (Nota 12)	Passivo		
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Usina								
Porto Primavera	161.547	41.307	114.057	155.364	177.468	29.275	158.355	187.630
	161.547	41.307	114.057	155.364	177.468	29.275	158.355	187.630

16.3 Movimentação

	Controladora e Consolidado				
	Ativo		Passivo		
	Ativo intangível (Nota 12)	UBP	(-) Ajuste a valor presente	2020	2019
Saldo inicial	177.468	212.308	(24.678)	187.630	181.760
Amortização	(6.127)				
Realização do ajuste a valor presente			6.791	6.791	5.870
Reavaliação do fluxo de desembolso	(9.794)	(15.097)	5.303	(9.794)	
Liquidação		(29.263)		(29.263)	
Saldo final	161.547	167.948	(12.584)	155.364	187.630

17. Obrigações socioambientais

17.1 Política contábil

Os custos socioambientais relativos à Licença de Operação ("LO") Nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018 são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da Companhia que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta ("TAC") firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.2 Composição

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Circulante		
Licença ambiental	22.901	19.297
Termo de Ajuste de Conduta (TAC)	5.525	4.177
	<u>28.426</u>	<u>23.474</u>
Não circulante		
Licença ambiental	114.632	127.010
Termo de Ajuste de Conduta (TAC)	38.117	37.526
	<u>152.749</u>	<u>164.536</u>
	<u>181.175</u>	<u>188.010</u>

17.3 Movimentação

	Controladora e Consolidado				
	Ativo			Passivo	
	Ativo imobilizado (Nota 11)	Provisão para obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	2020	2019
Saldo inicial	142.142	234.573	(46.563)	188.010	72.915
Registro inicial - licença ambiental					157.936
Reavaliação do fluxo de desembolso - licença ambiental	(9.773)	(12.937)	3.164	(9.773)	(14.835)
Reavaliação do fluxo de desembolso - TAC		4.206		4.206	
Depreciação	(15.693)				
Pagamentos		(9.642)		(9.642)	(16.966)
Ajuste a valor presente			8.374	8.374	(11.040)
Saldo final	<u>116.676</u>	<u>216.200</u>	<u>(35.025)</u>	<u>181.175</u>	<u>188.010</u>

18. Contratos futuros de energia

A controlada da Companhia realiza operações de comercialização, sendo essas transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que são celebrados, e reavaliados a valor justo na data do balanço, com contrapartida no resultado operacional.

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

	Consolidado					
	2020					
	Ativo (a)		Passivo (b)		Líquido (a-b)	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contratos futuros de energia	103.139	25.297	120.475	29.405	(17.336)	(4.108)



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
	2020
Saldo inicial em 1/1/2020	
Realização	(149.880)
Reconhecimento	128.436
Saldo final em 31/12/2020	(21.444)

19. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante da CESP é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído em 1997.

19.1 Política contábil

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

19.2 Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33

O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

Metodologia	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Metodologia de Cálculo do Passivo Atuarial	Utilizado o método atuarial Crédito Unitário Projetado para apurar o valor presente da obrigação do plano.	Utilizado o método atuarial Agregado para apurar o valor presente da obrigação do plano.
Metodologia de definição do Ativo	Utilizado o Valor Justo dos Ativos que considera os ativos marcados à mercado.	Utilizado o valor contábil do ativo constante no balancete.
Metodologia de Definição da Taxa de Desconto	Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 31/12/2020.	Taxa definida com base no corredor instituído pela PREVIC na Portaria PREVIC nº 337/2020



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também é apresentado o comparativo das hipóteses atuariais (Vivest e CESP) nas duas metodologias na mensuração do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2020:

Hipóteses	Relatório CPC 33 (R1)		PREVIC
Taxa de desconto anual	6,56% a.a (3,21% a.a. real)		4,84% a.a.
Taxa de inflação anual de longo prazo	3,25% a.a		3,75% a.a
Crescimento Real dos Salários	4,28% a.a (1,00% a.a. real)		1,00% a.a.
Crescimento Real da Unidade de Referência	3,69% a.a (0,43% a.a. real)		0,43% a.a.
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo	
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina	
Entrada em Invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%	
Rotatividade	ExpR_2012 agravada em 50%	ExpR_2012 agravada em 50%	
Entrada em Aposentadoria	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos Tempo de filiação ao plano - 15 anos	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos Tempo de filiação ao plano - 15 anos	
Composição Familiar	90% casados e cônjuges masculinos 4 anos mais velhos que as esposas	Idade dos participantes de acordo com Cadastro Vivest	

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2020 da CESP, calculado com base no CPC 33 é de R\$ 2.412.379, enquanto o passivo calculado pela Vivest com base na metodologia PREVIC é de R\$ 888.467.

19.3 Plano de migração CESP e equacionamento do déficit

O equacionamento de déficit apurados na avaliação atuarial regulada pela PREVIC é efetuado de forma independente entre os subplanos, aplicando-se a cada um deles as determinações da Resolução CNPC N°30/2018.

Visando mitigar os riscos atuais e futuros do plano, foi submetido para aprovação da PREVIC em 11 de janeiro de 2021 o processo de saldamento e migração do Plano PSAP/CESP B1.

Em sendo aprovado o processo de saldamento, que impacta apenas os participantes ativos e autopatrocinados, os benefícios já acumulados no plano são preservados e a acumulação futura é interrompida. Ou seja, não haverá mais novas contribuições para formação de benefício nos subplanos Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV) do PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que esse processo não impacta os benefícios que são pagos aos aposentados e pensionistas pelo plano, cujo direito adquirido está preservado.

Já a migração, é a oportunidade que os participantes têm de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido – BD, para o Plano CESP CD, que é um plano de contribuição definida. Apesar de o saldamento ocorrer apenas para os participantes ativos, a migração para o Plano CESP CD será aberta para todos os participantes do Plano PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que a migração será voluntária e só ocorrerá durante o período de migração, que será estabelecido após a aprovação do processo pela Previc. Os participantes que não optarem pela migração permanecerão sob as regras e condições do PSAP/CESP B1, portanto recebendo uma renda vitalícia previamente definida. Os participantes que optarem pela migração deixam de ter o benefício da renda vitalícia e passam a ter uma renda financeira equivalente ao valor de sua reserva migrada.

O valor final de eventual déficit, será recalculado pela metodologia PREVIC após conclusão das medidas mitigatórias, como, por exemplo, a migração opcional de participantes do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida.

19.4 Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1) / IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2020, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.4.1 Premissas atuariais

	2020			2019		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Premissas:						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	6,56%	6,56%	6,56%	7,16%	7,16%	7,16%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	6,56%	6,56%	6,56%	9,00%	9,00%	9,00%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	3,21%	3,21%	3,21%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	NA	4,28%	4,28%	NA	5,88%	NA
Taxa de inflação de longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,80%	3,80%	3,80%
Taxa de rotatividade	Experiência Vivest			Experiência Vivest		
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo			AT 2000 segregada por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%			LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%		
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 1949			AT - 49		
Quantidade de participantes:						
Nº de participantes ativos	58	145	137	69	163	150
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	4379	1916	1015	4.440	1.901	997
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	156	69	26	166	71	28
Nº de participantes inativos - pensionistas	1154	205	75	1.103	193	65

19.4.2 Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

19.4.2.1 Plano BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31/12/97 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP.

19.4.2.2 Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31/12/97 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31/12/97 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os autos patrocinados estão incluídos entre os participantes.

19.4.2.3 Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10,15 ou 20 anos;
4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.4.3 Cálculo e movimentações

Análise de sensibilidade	BSPS	BD	CV	Total
Saldo da obrigação de benefício definido se:				
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	7.495.295	1.204.009	183.301	8.882.605
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	6.823.460	1.065.727	162.506	8.051.693

Fluxos de caixa projetados	BSPS	BD	CV	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte		944	456	1.400
Estimativa das contribuições dos empregados para o plano no ano seguinte		2.574		2.574
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:				
2021	530.888	60.010	10.783	601.681
2022	540.115	62.280	11.005	613.400
2023	548.744	64.887	11.299	624.930
2024	556.531	67.917	11.563	636.011
2025	563.220	70.272	11.871	645.363
2026 a 2029	2.873.813	391.730	63.358	3.328.901

	BSPS		BD		CV	
Valor justo dos ativos do plano de benefícios	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos						
Disponível	551	516	144	157	113	109
Recebível	1362	413	1	(16)		
Investimento (*)	5.307.713	5.059.700	996.570	955.525	136.631	148.267
	5.309.626	5.060.629	996.715	955.666	136.744	148.376
Passivos						
Obrigações	(140.943)	(241.064)	(4.556)	(6.200)	(754)	(642)
Fundos não previdenciais	(3.656)	(1.508)				
Saldos de conta CD					(28.259)	(28.642)
Valor justo	5.165.027	4.818.057	992.159	949.466	107.731	119.092

a) Conciliação dos ativos e passivos

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Valor da obrigação atuarial líquida	8.449.397	6.665.813
Valor justo dos ativos dos planos	(6.037.018)	(5.866.462)
Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido		37.644
Total do passivo líquido	2.412.379	836.995



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Demonstração do passivo atuarial

	Controladora e Consolidado			
	2020			
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações em 1/1/2020	5.623.274	911.823	130.716	6.665.813
Custo do serviço corrente (c)		(667)	178	(489)
Juros sobre a obrigação atuarial (c)	388.022	63.703	9.082	460.807
Contribuições de participantes		2.468		2.468
Benefícios pagos pelo plano	(436.391)	(50.100)	(8.099)	(494.590)
Perdas atuariais (d)	1.570.715	204.151	40.522	1.815.388
Saldo final do valor presente das obrigações em 31/12/2020	7.145.620	1.131.378	172.399	8.449.397
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano em 1/1/2020	(4.818.057)	(949.467)	(98.938)	(5.866.462)
Juros sobre ativos do plano (c)	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)
Contribuições de participantes		(2.468)		(2.468)
Contribuições do patrocinador		(905)	(425)	(1.330)
Benefícios pagos pelo plano	436.391	50.100	8.099	494.590
Rendimento dos ativos do plano (d)	(282.933)	21.585	3.880	(257.468)
Saldo final do valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(4.994.967)	(947.860)	(94.191)	(6.037.018)
Saldo inicial do superávit irre recuperável em 1/1/2020		37.644		37.644
Juros sobre o superávit irre recuperável (c)		2.695		2.695
Mudança de superávit irre recuperável durante o exercício (d)		(40.339)		(40.339)
Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido				
Total do passivo atuarial líquido	2.150.653	183.518	78.208	2.412.379

	Controladora e Consolidado			
	2019			
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações em 1/1/2019	4.352.006	788.672	70.131	5.210.809
Custo do serviço corrente		10.465	3.196	13.661
Juros sobre a obrigação atuarial	374.491	69.568	6.081	450.140
Contribuições de participantes		5.998	607	6.605
Benefícios pagos pelo plano	(417.648)	(41.902)	(7.386)	(466.936)
Perdas atuariais	1.314.425	79.022	58.087	1.451.534
Saldo final do valor presente das obrigações em 31/12/2019	5.623.274	911.823	130.716	6.665.813
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano em 1/1/2019	(4.557.451)	(828.191)	(76.057)	(5.461.699)
Juros sobre ativos do plano	(392.981)	(73.172)	(6.739)	(472.892)
Contribuições de participantes		(5.998)	(607)	(6.605)
Contribuições do patrocinador		(2.091)	(251)	(2.342)
Benefícios pagos pelo plano	417.648	41.902	7.386	466.936
Rendimento dos ativos do plano	(285.273)	(81.917)	(22.670)	(389.860)
Saldo final do valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	(4.818.057)	(949.467)	(98.938)	(5.866.462)
Saldo inicial do superávit irre recuperável em 1/1/2019	205.445	39.519	5.926	250.890
Juros sobre o superávit irre recuperável	18.490	3.557	533	22.580
Mudança de superávit irre recuperável durante o exercício	(223.935)	(5.432)	(6.459)	(235.826)
Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido		37.644		37.644
Total do passivo atuarial líquido	805.217		31.778	836.995



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Componentes do resultado do exercício

Controladora e Consolidado				
	2020			
	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente		(667)	178	(489)
Custo de juros sobre a obrigação	388.022	63.703	9.082	460.807
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)
Despesa/(Receita) sobre o "teto do ativo"		2.695		2.695
(Receita)/ despesa estimada para o exercício	<u>57.654</u>	<u>(974)</u>	<u>2.453</u>	<u>59.133</u>

d) Movimentação de Outros Resultados Abrangentes

Controladora e Consolidado					
	2020		2019		
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	1.532.613	200.965	38.666	1.772.244	497.655
Perda atuarial de alterações de premissas	38.102	3.186	1.856	43.144	953.878
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecido	(282.933)	21.585	3.880	(257.468)	(389.860)
Mudanças no efeito do limite para reconhecimento de ativo no exercício		(40.339)		(40.339)	(235.825)
Movimento em ORA durante o exercício	<u>1.287.782</u>	<u>185.397</u>	<u>44.402</u>	<u>1.517.581</u>	<u>825.848</u>

e) Despesa / (Receita) estimada para 2021

Controladora e Consolidado				
	2021			
	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente		1.079	176	1.255
Custo de juros sobre a obrigação	465.374	73.295	11.154	549.823
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(339.107)	(65.936)	(6.413)	(411.456)
(Receita)/ despesa estimada para o exercício	<u>126.267</u>	<u>8.438</u>	<u>4.917</u>	<u>139.622</u>

20. Provisão para litígios

20.1 Política contábil

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões, para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.2 Composição e movimentação

Em 31 de dezembro de 2020, os litígios, nas suas diferentes naturezas, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de perda estimada e o risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado abaixo.

	Controladora e Consolidado				
	2019		Movimentação		2020
	Saldo	Atualização	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas	138.597	16.923	(1.925)	(40.207)	113.388
Tributárias	5.435	489	(1.261)	(144)	4.519
Ambientais	443.627	38.339	(465.622)	(2.157)	14.187
Cíveis	1.226.716	260.006	202.164	(72.723)	1.616.163
	1.814.375	315.757	(266.644)	(115.231)	1.748.257

	Controladora e Consolidado				
	2018		Movimentação		2019
	Saldo	Atualização	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas	247.663	19.928	(67.746)	(61.248)	138.597
Tributárias	5.828	501	(487)	(407)	5.435
Ambientais	189.136	27.022	228.769	(1.300)	443.627
Cíveis	1.713.535	224.794	(492.488)	(219.125)	1.226.716
	2.156.162	272.245	(331.952)	(282.080)	1.814.375

A movimentação da provisão para litígios, em 31 de dezembro de 2020, é explicada pela combinação: (i) decisões definitivas favoráveis à CESP; (ii) acordos judiciais; (iii) revisão criteriosa do valor de contingência atribuído a casos estratégicos; (iv) novas demandas recebidas pela Companhia e correção do saldo do contencioso, impactada por indexadores de inflação, tais como o IGPM, o que compensa, em parte, as reduções realizadas no período; e (v) houve reclassificação de causas ambientais para cíveis pela revisão da natureza dos pleitos.

Em relação às contingências decorrentes de ações cuja probabilidade de perda é estimada como remota, a Companhia optou por manter a prática historicamente adotada na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, divulgando o valor total das causas correspondente a este tipo de contingência. Entretanto, apesar de entender ser coerente a divulgação de tais valores, a Companhia ressalva que, dentre as diversas ações avaliadas como sendo de risco remoto, há demandas explicitamente incabíveis, cujo valor de causa divulgado no quadro representa o valor solicitado pela parte contrária, porém não reflete, necessariamente, o valor que seria devido no caso de eventual condenação definitiva da Companhia.

20.3 Provisões trabalhistas, tributárias, ambientais e cíveis e depósitos judiciais

Natureza	Controladora e consolidado					
	2020			2019		
	Depósitos judiciais (Nota 7)	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais (Nota 7)	Montante provisionado	Total líquido
Trabalhistas	(37.340)	113.388	76.048	(93.729)	138.597	44.868
Tributárias	(11.642)	4.519	(7.123)	(29.940)	5.435	(24.505)
Ambientais	(43.040)	107.026	63.986	(43.963)	443.627	399.664
Cíveis	(163.476)	1.523.324	1.359.848	(171.625)	1.226.716	1.055.091
	(255.498)	1.748.257	1.492.759	(339.257)	1.814.375	1.475.118



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.4 Processos com probabilidade de perda

Atualmente, as contingências decorrentes de litígios, judiciais ou administrativos, estão segregadas da seguinte forma:

Natureza	Expectativa de Perda			
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	113.388	51.672	6.742	171.802
Tributárias	4.519	453.415	146.369	604.303
Ambientais	14.187	165.839	550.985	731.011
Cíveis	1.616.163	2.242.308	4.845.164	8.703.635
Total em 31 de dezembro de 2020	1.748.257	2.913.234	5.549.260	10.210.751
Total em 31 de dezembro de 2019	1.814.375	2.528.446	7.062.373	11.405.194

As principais ações com probabilidade de perda consideradas possíveis encontram-se descritas, resumidamente, abaixo:

20.4.1 Ações trabalhistas

A Companhia possui o total de 193 processos de reclamações trabalhistas tidas como perda provável, as quais estão provisionadas, além de 73 processos com prognóstico de perda possível. O principal processo foi movido em abril de 2013, pelo Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, na Comarca de Teodoro Sampaio/SP, e discute a contratação pela Companhia, de serviços de terceiros para o exercício de funções supostamente relacionadas a atividades fim, que deveriam, no entendimento do MPT, serem exercidas por empregados admitidos por concurso público. Em 31 de dezembro de 2020, o montante estimado para perda possível da ação é de R\$ 19.950 (R\$ 18.519 em 31 de dezembro de 2019), e processo encontra-se em fase recursal.

20.4.2 Ações tributárias

A Companhia possui o montante de R\$ 453.415 em 130 ações judiciais tributárias com expectativa de perda considerada possível em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 402.116 em 31 de dezembro de 2019). O principal processo discute o direito creditório da Companhia oriundo dos pagamentos de PIS e COFINS não cumulativos, relativos aos períodos de apuração de 12/2004 a 11/2005. O direito creditório da Companhia tem como origem o pagamento indevido de PIS e COFINS no regime não cumulativo sobre as receitas advindas de contratos de energia elétrica com preço pré-determinado, firmados anteriormente à 31/10/2003 e, portanto, sujeitos ao regime cumulativo nos termos do art. 10, XI, da Lei nº 10.833/2003. O montante da ação é estimado em R\$ 233.013 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 190.107 em 31 de dezembro de 2019).

20.4.3 Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a medidas reparatórias de danos ambientais, sobretudo em razão do alto impacto ambiental dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.

Atualmente, a Companhia está envolvida em 543 ações judiciais ambientais cuja expectativa de perda é considerada possível, sendo que o principal processo foi movido pelo Município de Selviria, em janeiro de 2008 e está em fase de instrução. O montante estimado do processo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 90.753 (R\$ 73.700 em 31 de dezembro de 2019).

20.4.4 Ações cíveis

a) Ações de pescadores

Existem ações em curso contra a Companhia intentadas por supostos pescadores profissionais, sobretudo da região da UHE de Porto Primavera, que pleiteiam indenização por supostas perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina. O valor total discutido nas ações com risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2020, alcança o montante de R\$ 1.414.144, correspondente a um total de 172 processos (R\$ 1.188.469 em 31 de dezembro de 2019).



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Ações de oleiros ceramistas

Existem ações em curso contra a Companhia propostas por supostos oleiros/ceramistas que foram impactados quando da formação do reservatório da UHE Porto Primavera. O valor total discutido nas ações com risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2020, alcança o montante de R\$ 268.627, correspondente a um total de 42 processos (R\$ 103.385 em 31 de dezembro de 2019).

c) Ações de inadimplemento contratual e outros

Existem ações em curso contra a Companhia, cujos objetos baseiam-se em pedidos de indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador. O valor total discutido nas ações com risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2020, alcança o montante de R\$ 559.537, correspondente a um total de 267 processos (R\$ 477.718 em 31 de dezembro de 2019).

d) Ações de desapropriação

Existem 13 ações em curso contra a Companhia discutindo o valor de indenização referente à desapropriação de áreas relacionadas à formação dos reservatórios que são ou já foram de gestão da Companhia. O valor total discutido nas ações com risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2020, alcança o montante de R\$ 120.061 (R\$ 47.416 em 31 de dezembro de 2019).

21. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Vivest (Nota 22)		564		564
Acordo extrajudicial Estado do MS	6.594	5.440	6.594	5.440
Acordo judicial - desapropriação saldos a pagar		57.346		57.346
Provisão para serviços	5.368	8.940	5.368	8.940
Adiantamentos diversos	2.860	5.157	2.860	5.157
Provisão para despesas do fundo de educação	5.240	6.001	5.243	6.001
Outros	2.836	4.590	2.841	4.590
	<u>22.898</u>	<u>88.038</u>	<u>22.906</u>	<u>88.038</u>
Não circulante				
Acordo extrajudicial Estado do MS	39.894	38.078	39.894	38.078
Reserva Global de Reversão - RGR (amortização/reversão)	4.937	13.709	4.937	13.709
Provisão PIS/COFINS sobre atualização depósitos judiciais	2.655	3.182	2.655	3.182
	<u>47.486</u>	<u>54.969</u>	<u>47.485</u>	<u>54.969</u>
	<u>70.384</u>	<u>143.007</u>	<u>70.391</u>	<u>143.007</u>

22. Transações com partes relacionadas

22.1 Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.2 Composição

Controladora							
2020							
Empresas	Nota	Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	5	Compra e venda de energia	7.562				79.800
CESP Comercializadora de Energia S.A.	5	Compra e venda de energia	33.418				307.672
Nexa Recursos Minerais S.A.	6	Outros ativos	3.482				
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.		Fornecedores de serviços					(68)
Compart Serviços e Assessorias Ltda.		Fornecedores de serviços					(415)
Instituto Votorantim		Doações					(1.665)
VTRM Energia Participações S.A.		Dividendos a pagar			229.213		
Votorantim S.A.		Serviços compartilhados					(3.460)
Vivest	6 e 19	Planos de saúde e benefícios pós-emprego	12.536				489
Banco Votorantim S.A.		Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	85.044		2.831	1.869	(37.565)
			142.042		232.044	1.869	344.788

Consolidado							
2020							
Empresas	Nota	Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	5	Compra e venda de energia	7.562		2.212		53.888
Nexa Recursos Minerais S.A.	6	Outros ativos	3.482				
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.		Fornecedores de serviços					(68)
Compart Serviços e Assessorias Ltda.		Fornecedores de serviços					(415)
Instituto Votorantim		Doações					(1.665)
VTRM Energia Participações S.A.		Dividendos a pagar			229.213		
Votorantim S.A.		Serviços compartilhados					(3.610)
Vivest	6 e 19	Benefícios pós-emprego	12.536				489
Banco Votorantim S.A.		Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	85.044		22.717	1.579	(5.982)
			108.624		254.142	1.579	42.637

Controladora e consolidado							
2019							
Empresas	Nota	Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	5	Compra e venda de energia	3.931		2.121		31.838
Votorantim S.A.		Serviços compartilhados			517		(1.719)
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	14	Empréstimos			33		(115)
Vivest		Benefícios pós-emprego	8.824		564		(13.488)
Banco Votorantim	6	Instrumentos financeiros derivativos	8.408	5.743		8.890	682
			21.163	5.743	3.235	8.890	17.198



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração da Administração da Companhia, que inclui Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, em 31 de dezembro de 2020 foi no montante de R\$ 8.765 (R\$ 6.900 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 6.728 relacionado às remunerações fixa e variável (R\$ 5.902 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 2.037 referente a encargos sociais (R\$ 998 em 31 de dezembro de 2019). A remuneração da Administração ficou abaixo do montante aprovado em Assembleia de acionistas em 2019.

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.801 ações ordinárias (CESP3), 7.386.323 ações preferenciais classe A (CESP5) e 210.948.549 ações preferenciais classe B (CESP6). O capital social pode ser aumentado, conforme o estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, são os seguintes:

Controladora e Consolidado							
Quantidade de ações - Em unidades							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total
Acionistas							
VTRM Energia e Participações S/A	102.091.755	93,52			28.928.300	13,71	131.020.055
	102.091.755	93,52			28.928.300	13,71	131.020.055
Outros							
Ações em tesouraria	25.980	0,02	84.515	1,14	2.560		113.055
Ações em circulação	7.050.066	6,46	7.301.808	98,86	182.017.689	86,29	196.369.563
	7.076.046	6,48	7.386.323	100,00	182.020.249	86,29	196.482.618
	109.167.801	100,00	7.386.323	100,00	210.948.549	100,00	327.502.673
Capital social integralizado por ações em R\$ mil	1.991.815		134.767		3.848.851		5.975.433

23.1.1 Direitos das ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B; e
- Serão irredutíveis.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos deste estatuto social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e com as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irredutíveis.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral, exceto no caso previsto no Parágrafo Primeiro em relação a eleição de membros do Conselho de Administração.
- (d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

23.2 Reservas de capital

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Remuneração das Imobilizações em andamento - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098

Montante remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

23.3 Reserva de lucros

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Reserva legal	258.189	171.751
Reserva estatutária	597.544	506.805
Retenção de lucros	1.078.783	406.327
	1.934.515	1.084.883

- (a) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social
- (b) A Reserva estatutária poderá ser constituída pela retenção de até 20% do saldo após já calculados os dividendos mínimos obrigatórios de 10% do capital social, deliberação da Assembleia Geral, limitando-se à 10% do capital social;
- (c) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva.

23.4 Ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*)

De acordo com o ICPC 10, em 1º de janeiro de 2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 12.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação é contabilizada na rubrica de "Lucros acumulados" e eventual baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Controladora e Consolidado		
	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio líquido
Saldo inicial em 1/1/2019	(1.479.926)	503.174	(976.752)
Realização no exercício (depreciação)	40.852	(12.723)	28.129
Saldo final em 31/12/2019	(1.439.074)	490.451	(948.623)
Realização no exercício (depreciação)	38.149	(14.137)	24.012
Baixa referente a ativos UHE Jaguari	7.505	(2.552)	4.953
Saldo final em 31/12/2020	(1.393.420)	473.762	(919.658)

23.5 Outros resultados abrangentes

A partir da adoção do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido.

A parte do ganho ou perda resultantes de instrumentos de *hedge* determinada como eficaz é reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes (Nota 28.5)



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.5.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	(895.886)	(380.301)
<i>Hedge accounting operacional</i>		
Provisão de <i>Hedge accounting</i> operacional	(97.211)	38.638
(-) IRPJ e CSLL diferidos	33.052	(13.137)
Provisão de <i>Hedge accounting</i> reflexo	(23.618)	
	(87.777)	25.501
 Ajuste CPC 33 (R1) no exercício	(982.134)	(541.086)
 Saldo final	(1.965.797)	(895.886)

23.6 Proposta de destinação do resultado

Conforme Estatuto da Companhia, havendo lucro suficiente, é assegurado aos acionistas a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal e ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 150.001 de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, será proposta a destinação do dividendo anual obrigatório de R\$ 447.542 em complemento ao Juros sobre capital próprio de R\$ 150.001, totalizando o montante de R\$ 597.543, provisionados no passivo, e, ainda, distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 252.622, destacados no patrimônio líquido.

Com base na projeção de fluxo de caixa da Companhia e em linha com o objetivo de dar continuidade a estratégia de redução do contencioso além de manter uma estrutura de capital adequada ao seu planejamento estratégico, a administração propõe destinar o saldo remanescente do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 672.078 à Reserva de Retenção de Lucros, conforme orçamento de capital, cuja aprovação será submetida aos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.6.1 Cálculo

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.728.762	1.163.014
(-) Reserva legal - 5%	(86.438)	(58.151)
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(28.965)	(28.129)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar		35.442
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	1.613.359	1.112.176
(-) Juros sobre capital próprio	(150.001)	
(-) Dividendos obrigatórios (10% do capital social)	(447.542)	(597.543)
(-) Dividendos adicionais	(252.622)	(8.337)
(=) Saldo de lucros acumulados	763.194	506.296
(-) Reserva estatutária (Expansão - Art 33. IV Estatuto Social)	(90.738)	(101.259)
(-) Retenção de lucros	(672.456)	(405.037)
(=) Saldo		

23.6.2 Lucro por ação

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício (a)	1.728.762	1.163.014
Quantidade de ações (b)	327.503	327.503
Lucro por ação (a / b)	5,2786	3,5512

A Companhia não tem instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor, logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2019 e 2020 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

23.6.3 Dividendos e juros sobre capital próprio por ação

	Controladora e Consolidado			
	2020		2019	
	Dividendos e JCP	Dividendo e JCP por ação	Dividendos	Dividendo por ação
Ações ordinárias – ON	283.374	R\$ 2,5963	201.962	R\$ 1,8500
Ações preferenciais classe A – PNA	19.112	R\$ 2,5963	13.665	R\$ 1,8500
Ações preferenciais classe B – PNB	547.678	R\$ 2,5963	390.253	R\$ 1,8500
	850.164		605.880	

A diferença entre a quantidade de ações no cálculo de lucro por ação e dividendos por ação refere-se às ações em tesouraria.

	Controladora e Consolidado						
	Juros sobre capital próprio			Dividendos		Dividendos e JCP	
	Quantidade ações (a)	JCP bruto por ação	Total	Quantidade ações (b)	Dividendo por ação	Total	Total
Ações ordinárias – ON	109.168	R\$ 0,4265	46.558	109.142	R\$ 2,1698	236.816	283.374
Ações preferenciais classe A - PNA	7.386	R\$ 1,8245	13.477	7.302	R\$ 0,7717	5.635	19.112
Ações preferenciais classe B - PNB	210.946	R\$ 0,4265	89.965	210.946	R\$ 2,1698	457.713	547.678
	327.500		150.001	327.390		700.164	850.164

- (a) Terão direito ao JCP, as pessoas inscritas como acionistas da Companhia na data base de 21 de dezembro de 2020;
- (b) Quantidade ações em circulação na data base de 31 de dezembro de 2020.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Receita

24.1 Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e sua controlada reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do SIN devem ser registrados na CCEE. A Companhia opera nos seguintes mercados de energia elétrica:

a) Mercado livre – Consumidores livres – Industrial

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais, e com os quais a Companhia e sua controlada mantém contratos de fornecimento.

b) Mercado livre – Agentes comercializadores

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados, inclusive comercializadores que representem geradoras.

c) Mercado regulado – Leilões de energia – Distribuidoras

Neste segmento a Companhia e sua controlada vendem sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente por meio de contratos de fornecimento de médio e longo prazo.

d) Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre as quantidades de energia produzida, consumida e contratada. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletro energética do SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e atualização de preços (não auditado)

A Companhia mantém contratos com 33 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados. Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras pela ANEEL, conforme segue:

Controladora e Consolidado				
Reajustes em 2020		Produtos e Preços R\$/MWh		
Concessionárias	Mês do Reajuste	2009 a 2038	2010 a 2039	Reajuste no ano (%)
Energisa Borborema	Fevereiro	258,81	243,92	4,19
Ampla e CPFL Jaguari	Março	259,45	259,45	4,00
Light	Março	259,45	259,45	4,00
Celpe, Coelba, Coelce, Cosern, CPFL Paulista, Energisa MS, Energisa MT e Energisa SE	Abril	259,63	244,70	3,30
Cemig	Maio	258,83	243,95	2,40
Copel e RGE	Junho	257,85	243,02	1,88
Eletropaulo, Energisa Sul-Sudeste e Energisa TO	Julho	258,52	243,65	2,13
Celesc, Celpa, Cemar, EDP ES, Elektro Redes e Energisa PB	Agosto	259,45	244,53	2,31
Ceal	Setembro	260,07	245,12	2,44
CEB, CELG, CPFL Piratininga e EDP SP	Outubro	261,73	246,68	3,14
CEEE	Novembro		248,81	3,92
CEPISA	Dezembro	266,34	251,02	4,31

Controladora e Consolidado				
Reajustes em 2019		Produtos e Preços R\$/MWh		
Concessionárias	Mês do Reajuste	2009 a 2038	2010 a 2039	Reajuste no ano (%)
Energisa Borborema	Fevereiro	248,39	234,11	3,78
Ampla e CPFL Jaguari	Março	249,46	235,12	3,89
Light	Março	249,46	235,12	3,89
Celpe, Coelba, Coelce, Cosern, CPFL Paulista, Energisa MS, Energisa MT e Energisa SE	Abril	251,33	236,88	4,58
Cemig	Maio	252,77	238,23	4,94
Copel e RGE	Junho	253,09	238,54	4,66
Energisa Sul-Sudeste	Julho	234,58	221,09	4,17
Celtins e Eletropaulo	Julho	234,58	221,09	3,00
Celesc, Celpa, Cemar, EDP ES, Elektro Redes e Energisa PB	Agosto	253,60	239,02	3,22
Ceal	Setembro	253,88	239,28	3,43
CEB, CELG, CPFL Piratininga e EDP SP	Outubro	253,78	239,18	2,89
CEEE	Novembro		239,42	2,54
CEPISA	Dezembro	255,33	240,65	3,28



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.3 Energia vendida

No quadro a seguir é apresentada a energia vendida no exercício, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

	Controladora					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio) (*)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Mercado livre						
Consumidores livres - Industrial	1.980.166	4.003.535	410.534	785.746	207,32	196,26
Agentes comercializadores	3.784.043	2.664.651	754.809	487.660	199,47	183,01
	5.764.209	6.668.186	1.165.343	1.273.406	202,17	190,97
Mercado regulado						
Leilões de energia - Distribuidores de energia	2.020.320	2.015.034	498.445	481.588	246,72	239,00
Energia de curto prazo			55.296	72.235		
	2.020.320	2.015.034	553.741	553.823	246,72	239,00
	7.784.529	8.683.220	1.719.084	1.827.229	220,83	210,43

	Consolidado					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio) (*)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Mercado livre						
Consumidores livres - Industrial	3.758.315	4.003.535	833.822	785.746	221,86	196,26
Agentes comercializadores	3.888.157	2.664.651	810.435	487.660	208,44	183,01
Operações de trading	720.384		112.152		155,68	
	8.366.856	6.668.186	1.756.409	1.273.406	209,92	190,97
Mercado regulado						
Leilões de energia - Distribuidores de energia	2.020.320	2.015.034	498.445	481.588	246,72	239,00
Energia de curto prazo			55.296	72.235		
	2.020.320	2.015.034	553.741	553.823	246,72	239,00
	10.387.176	8.683.220	2.310.150	1.827.229	222,40	210,43

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.4 Receita líquida

Conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta				
Receitas com energia				
Consumidores livres - Industrial	410.534	785.746	833.822	785.746
Agentes comercializadores	754.809	487.660	810.435	487.660
Operações de trading			112.152	
Leilões de energia - Distribuidores de energia	498.445	481.588	498.445	481.588
Energia de curto prazo	55.296	72.235	55.296	72.235
	<u>1.719.084</u>	<u>1.827.229</u>	<u>2.310.150</u>	<u>1.827.229</u>
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 28.5)	(71.514)	685	(116.295)	685
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguari	7.190		7.190	
Outras receitas	2.753	2.585	2.753	2.585
	<u>(61.571)</u>	<u>3.270</u>	<u>(106.352)</u>	<u>3.270</u>
	<u>1.657.513</u>	<u>1.830.499</u>	<u>2.203.798</u>	<u>1.830.499</u>
Deduções à receita				
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(2.579)	(26.304)	(2.579)	(26.304)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(15.098)	(15.631)	(15.098)	(15.631)
Imposto sobre serviços - ISS	(84)	(120)	(84)	(120)
PIS sobre receitas operacionais	(28.268)	(29.316)	(37.900)	(29.316)
COFINS sobre receitas operacionais	(130.205)	(135.032)	(174.570)	(135.032)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(51.389)	(48.801)	(51.389)	(48.801)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(4.930)	(3.999)	(4.930)	(3.999)
	<u>(232.553)</u>	<u>(259.203)</u>	<u>(286.550)</u>	<u>(259.203)</u>
Receita líquida	<u>1.424.960</u>	<u>1.571.296</u>	<u>1.917.248</u>	<u>1.571.296</u>



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Custos e despesas

					Controladora
					2020
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Natureza dos custos e despesas					
Depreciação e amortização		(389.287)	(7.965)	(77)	(397.329)
Encargos setoriais	(148.858)				(148.858)
Energia comprada	(148.580)				(148.580)
Reversão de provisão para litígios (Nota 20)				266.644	266.644
Baixa de depósitos judiciais				(63.284)	(63.284)
Pessoal		(24.738)	(35.489)		(60.227)
PDV - Programa de Demissão Voluntária		(3.578)	(11.420)		(14.998)
Serviços de terceiros		(10.151)	(23.162)		(33.313)
Provisão para obrigações socioambientais (Nota 17)				(4.206)	(4.206)
Seguros			(5.966)		(5.966)
Benefícios pós-emprego			489		489
Aluguéis		(618)	(1.099)		(1.717)
Materiais		(808)	(488)		(1.296)
Administradores			(8.765)		(8.765)
Reversão de provisão de <i>impairment</i> (Nota 11)				7.589	7.589
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				66	66
Reversão de provisão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				527	527
Outras (despesas) e receitas, líquidas		(8.775)	(7.030)	10.879	(4.926)
	(297.438)	(437.955)	(100.895)	218.138	(618.150)

					Controladora
					2019
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Natureza dos custos e despesas					
Depreciação e amortização		(371.319)	(7.875)	(371)	(379.565)
Encargos setoriais	(126.606)				(126.606)
Energia comprada	(541.111)				(541.111)
Reversão de provisão para litígios (Nota 20)				331.952	331.952
Pessoal		(21.580)	(84.745)		(106.325)
PDV - Programa de Demissão Voluntária		(9.883)	(101.199)		(111.082)
Serviços de terceiros		(13.245)	(33.184)		(46.429)
Reversão de provisão para obrigações socioambientais (Nota 17)				14.835	14.835
Seguros				(3.550)	(3.550)
Benefícios pós-emprego			(13.488)		(13.488)
Aluguéis		(46)	(1.540)		(1.586)
Materiais		(2.985)	(1.586)		(4.571)
Administradores			(6.900)		(6.900)
Reversão de <i>impairment</i> de ativo imobilizado (Nota 11)				120.405	120.405
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupia (Nota 9)				(230.040)	(230.040)
Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017				23.152	23.152
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				8.053	8.053
Reversão de provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				6.048	6.048
Outras despesas, líquidas		(5.240)	(12.640)	(3.202)	(21.082)
	(667.717)	(424.298)	(263.157)	267.282	(1.087.890)



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	2020				
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Natureza dos custos e despesas					
Depreciação e amortização		(389.287)	(7.965)	(77)	(397.329)
Encargos setoriais	(148.858)				(148.858)
Energia comprada	(602.829)				(602.829)
Reversão de provisão para litígios (Nota 20)				266.644	266.644
Baixa de depósitos judiciais				(63.284)	(63.284)
Contratos futuros de energia (Nota 18)				(21.444)	(21.444)
Pessoal		(24.738)	(43.541)		(68.279)
PDV - Programa de Demissão Voluntária		(3.578)	(11.420)		(14.998)
Serviços de terceiros		(10.151)	(24.389)		(34.540)
Provisão para obrigações socioambientais (Nota 17)				(4.206)	(4.206)
Seguros			(5.966)		(5.966)
Benefícios pós-emprego			489		489
Aluguéis		(618)	(1.209)		(1.827)
Materiais		(808)	(868)		(1.676)
Administradores			(8.765)		(8.765)
Reversão de provisão de impairment (Nota 11)				7.589	7.589
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				66	66
Reversão de provisão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				527	527
Outras (despesas) e receitas, líquidas		(8.775)	(7.918)	10.857	(5.836)
	(751.687)	(437.955)	(111.552)	196.672	(1.104.522)

	Consolidado				
	2019				
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Natureza dos custos e despesas					
Depreciação e amortização		(371.319)	(7.875)	(371)	(379.565)
Encargos setoriais	(126.606)				(126.606)
Energia comprada	(541.111)				(541.111)
Reversão de provisão para litígios (Nota 20)				331.952	331.952
Pessoal		(21.580)	(84.764)		(106.344)
PDV - Programa de Demissão Voluntária		(9.883)	(101.199)		(111.082)
Serviços de terceiros		(13.245)	(33.188)		(46.433)
Reversão de provisão para obrigações socioambientais (Nota 17)				14.835	14.835
Seguros				(3.550)	(3.550)
Benefícios pós-emprego			(13.488)		(13.488)
Aluguéis		(46)	(1.541)		(1.587)
Materiais		(2.985)	(1.586)		(4.571)
Administradores			(6.900)		(6.900)
Reversão de impairment de ativo imobilizado (Nota 11)				120.405	120.405
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupia (Nota 9)				(230.040)	(230.040)
Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017				23.152	23.152
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				8.053	8.053
Reversão de provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				6.048	6.048
Outras despesas, líquidas		(5.240)	(12.660)	(3.202)	(21.102)
	(667.717)	(424.298)	(263.201)	267.282	(1.087.934)



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.1 Energia comprada e encargos setoriais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Energia comprada				
Energia de curto prazo	(23.229)	(88.588)	(23.229)	(88.588)
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(20.156)	(15.021)	(20.156)	(15.021)
Energia comprada para revenda	(105.195)	(437.502)	(476.040)	(437.502)
Operações de <i>trading</i>			(83.404)	
	(148.580)	(541.111)	(602.829)	(541.111)
Uso da rede elétrica				
Encargos de uso da rede elétrica	(148.858)	(126.606)	(148.858)	(126.606)
	(148.858)	(126.606)	(148.858)	(126.606)
	(297.438)	(667.717)	(751.687)	(667.717)

26. Resultado financeiro

26.1 Política contábil

a) Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

b) Variação cambial

As transações em moeda estrangeira são reconhecidas contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriores, são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que surgirem.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	20.476	64.345	22.070	64.532
Atualização do saldo de depósitos judiciais	7.623	15.025	7.623	15.025
Outras receitas financeiras	1.184	344	1.195	344
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(1.072)	(5.455)	(1.146)	(5.463)
	28.211	74.259	29.742	74.438
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas				
Moeda nacional	(130.084)	(135.187)	(130.084)	(135.187)
Moeda estrangeira		(7.528)		(7.528)
	(130.084)	(142.715)	(130.084)	(142.715)
Atualização do saldo de provisão para litígios	(315.757)	(272.245)	(315.757)	(272.245)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	(59.622)		(59.622)	
Baixa de depósitos judiciais	(23.652)		(23.652)	
Apropriação de custos de captação - Liquidação 11ª emissão de debêntures	(14.465)		(14.465)	
Prêmio por liquidação antecipada de empréstimos	(11.326)	(230)	(11.326)	(230)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais	(8.374)	11.040	(8.374)	11.040
Ajuste a valor presente sobre UBP - Uso do bem público	(6.791)	(5.870)	(6.791)	(5.870)
Atualização sobre acordos judiciais	(9.066)	(2.556)	(9.066)	(2.556)
Outros encargos	(6.425)	(5.928)	(6.433)	(5.928)
	(455.478)	(275.789)	(455.586)	(275.790)
	(585.562)	(418.504)	(585.670)	(418.505)
Variações cambiais, líquidas		(2.809)		(2.809)
Resultado financeiro	(557.351)	(347.054)	(555.928)	(346.876)

27. Imposto de renda e contribuição social – resultado

27.1 Política contábil

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.2 Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	254.333	136.454	256.798	136.486
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal	(86.473)	(46.394)	(87.311)	(46.405)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Juros sobre capital próprio	51.000		51.000	
Equivalência patrimonial	1.657	35		
Incentivo fiscal	1.769		1.804	
Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas	(7.001)	(7.219)	(7.006)	(7.205)
	47.425	(7.184)	45.798	(7.205)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre itens sem constituição de tributos diferidos				
Prejuízo fiscal e base negativa		(96.075)		(96.075)
Outras adições temporárias, líquidas		136.578		136.578
		40.503		40.503
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos conforme teste de <i>impairment</i> (Nota 8)	1.513.477	1.039.635	1.513.477	1.039.635
IRPJ e CSLL apurados	1.474.429	1.026.560	1.471.964	1.026.528
IRPJ e CSLL no resultado				
Correntes	(13.458)		(24.639)	(32)
Diferidos	1.487.887	1.026.560	1.496.603	1.026.560
	1.474.429	1.026.560	1.471.964	1.026.528

28. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores e comercializadoras (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado regulado). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	643.045	690.276	713.384	741.444
Contas a receber (Nota 5)	213.276	198.930	272.817	198.930
Ativo sujeito à indenização (Nota 9)	1.739.161	1.719.390	1.739.161	1.719.390
	2.595.482	2.608.596	2.725.362	2.659.764
Avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 28.5) - Nível 2		39.943		39.943
		39.943		39.943
	2.595.482	2.648.539	2.725.362	2.699.707
Passivos financeiros				
Avaliados ao valor justo por meio do resultado				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14) - Nível 2	1.819.074	1.784.125	1.819.074	1.784.125
Contratos futuros de energia (Nota 18) - Nível 2			21.444	
	1.819.074	1.784.125	1.840.518	1.784.125
Avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 28.5) - Nível 2	64.955		104.225	
	64.955		104.225	
	1.884.029	1.784.125	1.944.743	1.784.125

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

28.1 Índice de alavancagem financeiro e vencimento dos passivos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)	1.819.074	1.784.125	1.819.074	1.784.125
Arrendamentos	6.489	7.208	6.489	7.208
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(643.045)	(690.276)	(713.384)	(741.444)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 28.5)	64.955	(39.943)	104.225	(39.943)
Dívida líquida (a)	1.247.473	1.061.114	1.216.403	1.009.946
EBITDA ajustado (b)	1.008.188	751.736	1.014.014	751.692
Índice de alavancagem financeira (a) / (b)	1,24	1,41	1,20	1,34



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As tabelas abaixo apresentam os passivos financeiros da Companhia e sua controlada por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

						Controladora
						Vencimentos
	2021	2022 e 2023	2024 e 2025	2026 e 2027	2028 a 2030	Total
Em 31 de dezembro de 2020						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)		87.722	139.004	64.488	1.527.860	1.819.074
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 28.5)	58.936	6.019				64.955
	<u>58.936</u>	<u>93.741</u>	<u>139.004</u>	<u>64.488</u>	<u>1.527.860</u>	<u>1.884.029</u>
Em 31 de dezembro de 2019						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)	3.002	446.854	884.269	450.000		1.784.125
	<u>3.002</u>	<u>446.854</u>	<u>884.269</u>	<u>450.000</u>		<u>1.784.125</u>
						Consolidado
						Vencimentos
	2021	2022 e 2023	2024 e 2025	2026 e 2027	2028 a 2030	Total
Em 31 de dezembro de 2020						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)		87.722	139.004	64.488	1.527.860	1.819.074
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 28.5)	95.084	9.141				104.225
	<u>95.084</u>	<u>96.863</u>	<u>139.004</u>	<u>64.488</u>	<u>1.527.860</u>	<u>1.923.299</u>
Em 31 de dezembro de 2019						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)	3.002	446.854	884.269	450.000		1.784.125
	<u>3.002</u>	<u>446.854</u>	<u>884.269</u>	<u>450.000</u>		<u>1.784.125</u>

28.2 Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem exposição em seu resultado operacional decorrente de contratos de venda de energia vinculados à taxa do dólar. Esta exposição é mitigada por meio de operações de *hedge*, conforme Nota 28.5.

28.3 Risco de taxa de juros / inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "*hedge*" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas.

		Controladora e consolidado	
Passivos vinculados às taxas		2020	2019
Taxa fixa			33
CDI		297.876	1.784.092
IPCA		1.521.198	
		<u>1.819.074</u>	<u>1.784.125</u>

A Companhia considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "*spread*", tenham custos atualizados com taxas de juros pós-fixadas, é a elevação destas taxas e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo captado (Nota 14).



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.4 Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (i) para recebíveis decorrentes da receita do mercado regulado – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (ii) para recebíveis decorrentes da receita do mercado livre – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Além disso, os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's, sendo rating nacional igual ou melhor que A (ou A2), ou rating em escala global igual ou melhor que BBB- (ou Baa3). Para casos cujos emissores não atendem as classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

28.4.1 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos.

	Rating local			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa				
AAA	420.924	389.057	491.221	440.225
AA+	79.988	172.195	79.988	172.195
AA	57.078	128.147	57.120	128.147
AA-	85.047		85.047	
Sem rating	8	877	8	877
	643.045	690.276	713.384	741.444
Instrumentos financeiros derivativos				
AAA		9.442		9.442
AA		16.350		16.350
AA-		14.151		14.151
		39.943		39.943
	643.045	730.219	713.384	781.387

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos de agências de rating (Standard&Poor's ("S&P"), Moody's, e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da S&P e Fitch Ratings.

28.5 Instrumentos financeiros derivativos

28.5.1 Política Contábil

A Companhia possui programa de NDF - *Non Deliverable Forward* em dólares (venda de moeda estrangeira), na modalidade de balcão, com o objetivo de proteger até 95% da exposição cambial até dezembro de 2021. Esta exposição decorre de contratos de venda de energia com cláusula de ajuste vinculada à taxa do dólar.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente mensurados ao valor justo. Derivativos são usados apenas para fins de mitigação de risco e não como investimentos especulativos. Quando os derivativos não atendem aos critérios de contabilização de *hedge*, são classificados como mantidos para negociação e contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os derivativos contratados pela Companhia são considerados como *hedge* de fluxo de caixa, relacionados a uma transação prevista altamente provável (receita de venda de energia). A parcela efetiva das alterações no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido na linha de "Outros resultados abrangentes" e é subsequentemente reclassificada para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam a demonstração de resultado. Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do exercício.

28.5.2 Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser aprovadas previamente pelo Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia. A Companhia documenta, no início da operação de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, bem como seus objetivos e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* e contabilizados como *hedge accounting* são altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo ou fluxo de caixa de itens cobertos.

28.5.3 Composição

								Controladora	
				Valor justo em 31 de dezembro de 2019	Impacto no resultado operacional	Δ Valor justo Outros resultados abrangentes	Perda realizada	Valor justo em 31 de dezembro de 2020	
		Valor Principal	Unidade						
		2020	2019						
<u>Programas</u>									
Hedge de operações de venda de energia									
Non Deliverable Forward		74.000	231.000	USD Milhares	39.943	(71.514)	(97.211)	(63.827)	(64.955)
		74.000	231.000		39.943	(71.514)	(97.211)	(63.827)	(64.955)

								Consolidado	
				Valor justo em 31 de dezembro de 2019	Impacto no resultado operacional	Δ Valor justo Outros resultados abrangentes	Perda realizada	Valor justo em 31 de dezembro de 2020	
		Valor Principal	Unidade						
		2020	2019						
Programas									
<i>Hedge de operações de venda de energia</i>									
<i>Non Deliverable Forward</i>		122.000	231.000	USD Milhares	39.943	(116.295)	(132.996)	(105.123)	(104.225)
		122.000	231.000		39.943	(116.295)	(132.996)	(105.123)	(104.225)

28.6 Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Contas a receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: estes créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) Investimentos

São registrados inicialmente pelo custo de aquisição, sendo avaliados posteriormente pelo método de equivalência patrimonial (MEP). É constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

d) Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, e outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva DI Pré Bovespa para a Debênture da 11ª emissão e da curva IPCA Bovespa para a Debênture da 12ª emissão, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2020	
	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Moeda nacional		
Debêntures - 11ª emissão	297.876	313.650
Debêntures - 12ª emissão	1.521.198	1.540.603
	1.819.074	1.854.253

e) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o cálculo do seu valor presente através de curvas de rentabilidade nas datas de encerramento. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos são desenvolvidos com base em dados da B3, Banco Central do Brasil e Bloomberg, interpolados entre os vencimentos disponíveis.

O valor presente dos contratos a termo (NDF) é estimado descontando-se o valor nominal multiplicado pela diferença entre o preço futuro na data de referência e o preço contratado.

f) Contratos futuros de energia

Conforme detalhado na Nota 18, a CESP Comercializadora realiza operações de compra e venda de energia, que são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e reavaliadas a valor justo na data do balanço.



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.7 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, contratos futuros de energia, empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar, das taxas de juros CDI e IPCA, cupom de dólar e preços futuros de energia. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as políticas financeiras da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2020, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2020, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2021;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020.

						Controladora				
						Impactos no resultado				
						Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa	Principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2020	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros										
BRL-CDI	641.572	300.293	384.556	BRL milhares	1 bps	18	(1.608)	(3.215)	1.608	3.215
BRL-IPCA		1.569.669		BRL milhares	-81 bps	3.628	9.221	18.441	(9.221)	(18.441)
Taxas de câmbio										
Dólar americano			74.000	USD milhares	0,54%	(175)	9.094	18.187	(9.094)	(18.187)

				Controladora					
				Impactos no resultado abrangente					
				Cenário I		Cenários II & III			
		Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2020	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Fatores de risco									
Taxas de juros									
BRL-CDI		384.556	BRL milhares	1 bps	458	1.085	2.182	(1.073)	(2.135)
Cupom de dólar		74.000	USD milhares	-36 bps	1.727	(761)	(1.526)	758	1.512
Taxas de câmbio									
Dólar americano		74.000	USD milhares	0,54%	(1.660)	86.268	172.535	(86.268)	(172.535)

						Consolidado					
						Impactos no resultado					
						Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa	Principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Contratos futuros de energia	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2020	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros											
BRL-CDI	711.805	300.293	633.997		BRL milhares	1 bps	22	(1.941)	(3.882)	1.941	3.882
BRL-IPCA		1.569.669			BRL milhares	-81 bps	3.628	9.221	18.441	(9.221)	(18.441)
Taxas de câmbio											
Dólar americano			122.000		USD milhares	0,54%	(275)	14.290	28.580	(14.290)	(28.580)
MTM de energia elétrica											
Valor justo				21.444	BRL milhares		(21.444)	(4.265)	12.915	(38.624)	(55.803)



Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado				
				Impactos no resultado abrangente				
				Cenário I	Cenários II & III			
Fatores de risco	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2020	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
BRL-CDI	633.997	BRL milhares	1 bps	689	1.676	3.369	(1.658)	(3.298)
Cupom de dólar	122.000	USD milhares	-36 bps	2.767	(1.218)	(2.441)	1.212	2.419
Taxas de câmbio								
Dólar americano	122.000	USD milhares	0,54%	(2.751)	142.966	285.931	(142.966)	(285.931)

29. Riscos do negócio

Os riscos de negócio mais relevantes no entendimento da Companhia são:

29.1 Risco hidrológico e GSF (*Generation Scaling Factor*)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. A principal usina hidrelétrica da Companhia, UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do Rio Paraná, região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água.

A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao limite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos.

Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidráulicas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, de forma a tentar neutralizar o impacto financeiro associado ao risco hidrológico proveniente do despacho centralizado que caracteriza o SIN – Sistema Interligado Nacional.

Quando a soma da geração das usinas integrantes do MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocorre o denominado GSF – *Generation Scaling Factor* inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da Companhia e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro.

Por outro lado, quando a geração dessas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada “energia secundária”, que também é remunerada ao PLD.

Visando mitigar os impactos financeiros do risco hidrológico sobre a geração hidráulica no SIN, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 688/2015, posteriormente convertida na Lei nº 13.203/2015, apresentando um acordo de repactuação desse risco, com efeitos retroativos a 2015.

A Companhia, após estudos e análises aprofundados, protocolou junto à ANEEL o requerimento de adesão à repactuação do risco hidrológico no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, em que 350 MW médios contratados em 2016 e 230 MW médios contratados de 2017 até 2028 estão com riscos cobertos quanto ao GSF. Em relação ao ACL – Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, pelos demais agentes setoriais (vide 12.1 (a)).

**Notas Explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****29.2 Risco de não renovação das concessões**

A Companhia detém a concessão de duas usinas hidrelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

UHE	Vencimento
Paraibuna	09/03/2021
Engº Sérgio Motta (Porto Primavera)	14/04/2049

30. Seguros (não auditado)

A Companhia e sua controlada mantêm em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais e responsabilidade civil geral. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

31. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui os seguintes compromissos futuros de longo prazo considerados relevantes:

	Controladora e consolidado						
	2021	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Total
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	5.235	5.078	5.084	5.084	5.084	116.943	142.509
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	185.726	197.441	197.441	197.441	197.441	4.541.149	5.516.641
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	48.301	46.601	46.601	46.756	46.756	1.075.392	1.310.407
Encargos de conexão	126	141	143	143	143	3.293	3.989
Contratos de compra de energia	459.832	35.395	9.489	6.795	4.710	7.343	523.565
	699.221	284.656	258.759	256.220	254.135	5.744.119	7.497.111

32. Informações por segmento

A controlada da Companhia iniciou suas atividades operacionais em 2020 dedicada a comercialização de energia (Nota 1.2 (a)). A Administração da Companhia e sua controlada avaliaram os critérios do CPC 22 Informações por segmento e concluíram que há apenas um segmento operacional. A Companhia administra os seus principais negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada por seus ativos ou comprada para revenda para a gestão de seu portfólio de energia. A Companhia e sua controlada possuem a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados, que no exercício de 2020 concentrou 99,86% das receitas líquidas de vendas consolidadas.

33. Evento subsequente

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11.02.2021, aprovou (i) a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que seja celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da UHE Paraibuna; com a adesão ao “Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE” e celebração de novo termo aditivo com prazo definitivo, após divulgação dos cálculos finais pela ANEEL; e (ii) o envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da Companhia em dar continuidade ao pedido de prorrogação por 30 anos da outorga da UHE Paraibuna que, assim, se encerra com o fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020, conforme nota 1.2 (i) em Principais Eventos. A Companhia enviará sua manifestação à ANEEL até 12.02.2021.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

CESP - Companhia Energética de São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CESP - Companhia Energética de São Paulo, e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo e da CESP - Companhia Energética de São Paulo e sua controlada em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do

exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia

e sua controlada não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

GSF - Generation Scaling Factor - Nota 1.2.i

Em setembro de 2020 foi publicada a Lei no 14.052, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica.

A Companhia avaliou as informações disponíveis e divulgou que poderá obter extensão de concessão de suas outorgas para compensar valores já desembolsados em períodos anteriores. Também divulgou que em razão das circunstâncias descritas na nota explicativa, não é possível conhecer com razoável segurança qual será o tempo de extensão das concessões e/ou os montantes de períodos passados que serão objeto da compensação e, por consequência, qual poderá ser o valor que será reconhecido nas demonstrações financeiras em 2021.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função do possível impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia a época da contabilização e das incertezas existentes na determinação do momento de reconhecimento do direito.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Nos reunimos com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias.
- Obtivemos e discutimos os memorandos preparados pela administração, que consideram as incertezas para a determinação com razoável segurança de valores e direitos à extensão de concessões.
- Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado dos trabalhos efetuados, consideramos que as divulgações efetuadas são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

Porque é um PAA

Provisão para litígios - Nota 20

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos no valor de R\$ 1.748.257 mil. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais, trabalhistas e de desapropriações em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa; (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos e (iii) do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia caso eventual desfecho desfavorável de demandas judiciais relevantes com expectativa de perda possível e remota sejam materializados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, as seguintes respostas de auditoria:

- A avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações
- Avaliação, com o apoio de nossos especialistas, da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia
- Obtenção de confirmações de informações diretamente com assessores jurídicos.
- Nos reunimos com os órgãos de governança da Companhia para discutir os assuntos relevantes desse assunto.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Porque é um PAA

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis dos contratos de concessão (teste de impairment) - Notas 11 e 12

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seus ativos imobilizados e intangíveis, os montantes de R\$ 5.956.429 mil e R\$ 1.509.895 mil, respectivamente, substancialmente referentes aos valores contábeis dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

Consideramos o teste de impairment dos ativos imobilizados e intangíveis como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.
- Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.

- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas e os correspondentes cálculos efetuados pela administração em seu teste de impairment são razoáveis e as divulgações são consistentes com as informações obtidas.

Porque é um PAA

Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social - Nota 8

Companhia e sua controlada apresentaram, em 31 de dezembro de 2020, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias no montante de R\$ 3.863.865 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

Em 2020, a Companhia revisitou suas análises de recuperabilidade desses tributos, conforme o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 32 "Tributos sobre o Lucro". Tais análises indicaram que valores anteriormente não registrados, no montante de R\$ 1.513.477 mil, serão realizados no futuro previsível e, conseqüentemente, registrou esse complemento em suas demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) das estimativas utilizadas pela administração considerarem em premissas e julgamentos críticos, (ii) do período e realização dos referidos créditos tributários, (iii) das incertezas associadas à probabilidade de não haver lucros tributáveis futuros em montante suficiente para a recuperação integral dos ativos diferidos líquidos; e (iv) da relevância dos valores relacionados com o tema.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções envolvidas, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.
- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, da base fiscal utilizada para o cálculo dos tributos diferidos e sua adequação, tendo como referência a legislação tributária vigente.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas e os processos adotados para o assunto são razoáveis.

Porque é um PAA

Ativo sujeito a indenização - Nota 9

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$ 1.739.161 mil na rubrica "Ativo sujeito a indenização", líquido de provisão para perdas, oriundo da indenização dos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Ilha Solteira e Jaguari. A Companhia discute na justiça o recebimento de valor superior ao contabilizado, mas estimou esse montante como um ativo incontroverso.

Esses assuntos foram considerados como principais assuntos de auditoria em função de variações na estimativa quanto ao montante a ser recebido, incluindo a forma esperada de recebimento, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria para o assunto considerou, entre outros, a aplicação dos seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Entendimento do histórico do processo administrativo, análise das principais publicações de resoluções normativas, portarias, ofícios e notas técnicas do órgão regulador.
- Avaliação, com o suporte de nossos especialistas, do processo em andamento, que foi uma das bases da administração para estimar o valor incontroverso envolvido.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação do ativo sujeito a indenização, bem como as divulgações efetuadas sobre o ativo, são aceitáveis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça

Contador CRC 1SP196994/O-2

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para Destinação do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Relatório dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

Paulo Roberto Franceschi

Guillermo Oscar Braunbeck

Heraldo Gilberto de Oliveira

Pareceres E Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

O Comitê de Auditoria Estatutário da CESP – Companhia Energética de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução da CVM no. 480/09, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Relatório da Administração, e o relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.

Com base em documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

Iara Pasian Coordenadora

Coordenadora

José Écio Pereira da Costa Junior Membro

Membro

Angela Aparecida Seixas Membro

Membro

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Companhia Energética de São Paulo ("CESP") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por 3 (três) membros, com mandato até 13 de maio de 2021.

De acordo com o seu Regimento Interno e Estatuto Social da CESP, cabe ao CAE assessorar no adequado monitoramento às seguintes atividades: (i) efetividade e integridade dos controles internos; (ii) identificação e gestão de riscos; (iii) qualidade das práticas contábeis a luz das normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) e orientações específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, incluindo as estimativas e julgamentos contábeis; (iv) qualidade e integridade dos relatórios financeiros, incluindo as demonstrações financeiras; (v) ética e conduta, normas e procedimentos e a sua conformidade; (vi) denúncias ao canal de denúncias e o seu respectivo endereçamento; (vii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes; e (viii) supervisão das atividades de auditoria interna, de gestão de riscos, de controles internos e de compliance. As análises do CAE se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e de compliance, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de linha ética e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC") é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações financeiras, pelo planejamento e execução dos procedimentos para execução das auditorias e revisões, conforme normas reconhecidas, bem como, responsável pela revisão das demonstrações financeiras interinas trimestrais. O parecer dos auditores independentes deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, legislação societária brasileira e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Os trabalhos de auditoria interna, gestão de riscos, controles internos e compliance são realizados pela Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance. O CAE é o órgão responsável pela aprovação do plano anual de auditoria interna que monitora sua execução que é supervisionada pelo Diretor responsável da área.

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2020

O Comitê se reuniu 9 (nove) vezes no período de 13 de fevereiro de 2020 a 10 de fevereiro de 2021, com base no planejamento de trabalho, cronograma das reuniões e agenda temática, devidamente comunicados ao Conselho de Administração. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, destacamos os seguintes:

(a) Aprovação e acompanhamento do Plano Anual de Trabalho de Auditoria Interna a ser executado em 2020 e aprovação do Plano Anual de Trabalho de Auditoria Interna de 2021.

(b) Reunião trimestral com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade e pelas principais áreas, com as auditorias, interna e externa. A lista com assuntos prioritários das áreas de negócios, administrativas (recursos humanos, planos de benefícios pós-emprego, jurídico, ambiental, e outros) e operacionais das usinas, principalmente Porto Primavera, foram definidos pelo CAE com o objetivo de conhecer os principais responsáveis por cada área e dos assuntos emergentes que poderiam impactar a preparação das demonstrações financeiras.

(c) Acompanhamento com a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

a. da implementação da metodologia de gestão de riscos e evolução de sua maturidade, bem como dos riscos de negócio identificados em sua Matriz de Riscos e suas respectivas ações mitigatórias.

b. da avaliação, do monitoramento e da efetividade dos controles internos e da integridade da segregação de função através da gestão de acessos.

c. da implementação do Programa de Compliance CESP e seus instrumentos e do acompanhamento e tratativas de denúncias recebidas através da Linha Ética (canal de denúncias oficial da Companhia).

d. da execução do plano anual de auditoria interna e da análise do sumário executivo dos relatórios de auditoria interna.

e. dos indicadores e ações relativos aos processos descritos nos itens acima.

(d) Acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da CESP mediante reuniões com os administradores e com auditores independentes para discussão das informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais relativas aos exercícios de 2019 e 2020.

(e) Tomada de conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhamento das melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança no registro das transações.

(f) Em reunião realizada nesta data, o Comitê reuniu-se com representantes da PWC, onde tomou conhecimento (i) do relatório de auditoria a ser emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, (ii) dos assuntos relevantes considerados pela auditoria externa no ano, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa. Nessa reunião, registrou-se a presença dos representantes da PWC, a Sra. Ivaneia Araujo e o Sr. Carlos Mendonça, os quais apresentaram o Relatório de Auditoria a ser emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com menção aos Principais Assuntos da Auditoria (PAA) sobre: i) GSF - Generation Scaling Factor; ii) Provisão para Litígios, iii) Testes de Impairment, e iv) ativos sujeitos a indenização em discussão judicial. A PWC informou que trabalhou de forma independente e que não houve qualquer fato ou intercorrência que pudesse afetar a realização do trabalho da auditoria externa.

Conclusão

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio CAE, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2020") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PWC e que estas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, recomenda, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e a sua submissão à Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

Iara Pasian Coordenadora

Coordenadora

José Écio Pereira da Costa Junior Membro

Membro

Angela Aparecida Seixas Membro

Membro

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, 12º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, 12º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.